

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	7
DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	8
DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	19
DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	20
DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	21
Demonstração de Valor Adicionado	22

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	24
---	----

Notas Explicativas	43
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	100
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	103
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	104
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	105

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	265.806.905
Preferenciais	0
Total	265.806.905
Em Tesouraria	
Ordinárias	7.954.632
Preferenciais	0
Total	7.954.632
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	2.779.802	2.689.350	2.590.148
1.01	Ativo Circulante	2.767	3.222	6.200
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	90	100	1
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.585	3.037	2.897
1.01.06	Tributos a Recuperar	92	85	25
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	92	85	25
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	0	3.277
1.01.08.03	Outros	0	0	3.277
1.01.08.03.02	Dividendos a receber	0	0	3.277
1.02	Ativo Não Circulante	2.777.035	2.686.128	2.583.948
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	0	0	1
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	0	0	1
1.02.02	Investimentos	2.777.035	2.686.128	2.583.947
1.02.02.01	Participações Societárias	2.777.035	2.686.128	2.583.947
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.777.035	2.686.128	2.583.947

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	2.779.802	2.689.350	2.590.148
2.01	Passivo Circulante	155	185	145
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	52	55	50
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	52	55	50
2.01.02	Fornecedores	41	71	47
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	41	71	47
2.01.03	Obrigações Fiscais	62	59	48
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	62	59	48
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	62	59	48
2.03	Patrimônio Líquido	2.779.647	2.689.165	2.590.003
2.03.01	Capital Social Realizado	2.078.116	2.078.116	2.078.116
2.03.02	Reservas de Capital	-39.133	-43.108	-49.375
2.03.02.04	Opções Outorgadas	41.874	37.899	31.632
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-81.007	-81.007	-81.007
2.03.04	Reservas de Lucros	725.010	610.788	555.852
2.03.04.01	Reserva Legal	43.810	36.165	28.426
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	0	1	0
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	38.676	38.676	0
2.03.04.10	Reserva para investimento	642.524	535.946	527.426
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	15.654	43.369	5.410

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	152.460	93.148	194.508
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.691	-4.484	-4.019
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	157.151	97.632	198.527
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	152.460	93.148	194.508
3.06	Resultado Financeiro	438	465	316
3.06.01	Receitas Financeiras	453	471	319
3.06.02	Despesas Financeiras	-15	-6	-3
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	152.898	93.613	194.824
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	152.898	93.613	194.824
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	152.898	93.613	194.824
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,58	0,36	0,75
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,58	0,36	0,75

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	152.898	93.613	194.824
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-27.715	37.958	3.219
4.03	Resultado Abrangente do Período	125.183	131.571	198.043

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-4.290	-4.036	-3.774
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-4.253	-4.019	-3.703
6.01.01.01	Lucro Líquido	152.898	93.613	194.824
6.01.01.02	Equivalência Patrimonial	-157.151	-97.632	-198.527
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-37	-17	-71
6.01.02.01	Outros Ativos	0	1	3
6.01.02.02	Fornecedores	-30	24	-90
6.01.02.04	Outros Passivos	-1	7	8
6.01.02.05	Impostos a recuperar	-9	-60	2
6.01.02.06	Impostos a recolher	3	11	6
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	42.956	42.811	62.014
6.02.01	Investimento, líquido do caixa	0	0	63.879
6.02.02	Dividendos recebidos	42.684	43.876	1.032
6.02.03	Aumento de capital empresas no exterior	-180	-925	0
6.02.04	Aplicações financeiras	452	-140	-2.897
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-38.676	-38.676	-58.507
6.03.02	Dividendos Pagos	-38.676	-38.676	-40.000
6.03.04	Ações em tesouraria	0	0	-18.507
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-10	99	-267
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	100	1	268
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	90	100	1

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.078.116	-43.108	610.788	0	43.369	2.689.165
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.078.116	-43.108	610.788	0	43.369	2.689.165
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	3.975	0	-38.676	0	-34.701
5.04.06	Dividendos	0	0	-38.676	0	0	-38.676
5.04.08	Dividendos adicionais propostos	0	0	38.676	-38.676	0	0
5.04.10	Plano de opção de ações	0	3.975	0	0	0	3.975
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	152.898	-27.715	125.183
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	152.898	0	152.898
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-27.715	-27.715
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-27.715	-27.715
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	114.222	-114.222	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	114.222	-114.222	0	0
5.07	Saldos Finais	2.078.116	-39.133	725.010	0	15.654	2.779.647

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.078.116	-49.375	494.677	0	5.410	2.528.828
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	61.175	0	0	61.175
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.078.116	-49.375	555.852	0	5.410	2.590.003
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	6.267	38.676	0	0	44.943
5.04.06	Dividendos	0	0	38.676	0	0	38.676
5.04.10	Plano de opções de ações	0	6.267	0	0	0	6.267
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	93.613	37.959	131.572
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	93.613	0	93.613
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	37.959	37.959
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	37.959	37.959
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	16.260	-93.613	0	-77.353
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	16.260	-93.612	0	-77.352
5.06.04	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-1	0	-1
5.07	Saldos Finais	2.078.116	-43.108	610.788	0	43.369	2.689.165

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.078.116	-39.873	368.623	0	2.191	2.409.057
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	32.407	0	0	32.407
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.078.116	-39.873	401.030	0	2.191	2.441.464
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-9.502	-40.000	0	0	-49.502
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-18.507	0	0	0	-18.507
5.04.08	Pagamento de dividendos	0	0	-40.000	0	0	-40.000
5.04.10	Plano de opção de ações	0	9.005	0	0	0	9.005
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	194.824	3.219	198.043
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	194.824	0	194.824
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.219	3.219
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	3.219	3.219
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	194.822	-194.824	0	-2
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	194.820	-194.824	0	-4
5.06.04	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	2	0	0	2
5.07	Saldos Finais	2.078.116	-49.375	555.852	0	5.410	2.590.003

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-934	-915	-879
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-934	-915	-879
7.03	Valor Adicionado Bruto	-934	-915	-879
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-934	-915	-879
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	157.592	98.104	198.846
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	157.151	97.633	198.527
7.06.02	Receitas Financeiras	441	471	319
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	156.658	97.189	197.967
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	156.658	97.189	197.967
7.08.01	Pessoal	3.153	2.998	2.619
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.008	2.864	2.491
7.08.01.02	Benefícios	145	136	128
7.08.01.04	Outros	0	-2	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	604	572	498
7.08.02.01	Federais	604	572	498
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3	6	26
7.08.03.01	Juros	1	0	3
7.08.03.03	Outras	2	6	23
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	152.898	93.613	194.824
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	152.898	93.613	194.824

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	3.563.420	3.430.263	3.232.238
1.01	Ativo Circulante	1.433.910	1.337.343	1.293.180
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	17.738	180.672	117.191
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.192.297	941.514	1.011.417
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.159.778	941.514	1.011.417
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	1.159.778	941.514	1.011.417
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	32.519	0	0
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	32.519	0	0
1.01.03	Contas a Receber	102.292	102.615	101.627
1.01.03.01	Clientes	102.292	102.615	101.627
1.01.04	Estoques	1.542	3.064	3.998
1.01.06	Tributos a Recuperar	36.046	74.335	37.636
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	36.046	74.335	37.636
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições a recuperar	32.567	46.295	37.636
1.01.06.01.02	IR e CSLL a recuperar	3.479	28.040	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	83.995	35.143	21.311
1.01.08.03	Outros	83.995	35.143	21.311
1.01.08.03.02	Outros	4.476	4.462	1.967
1.01.08.03.03	Créditos com parceiros	64.021	23.940	19.344
1.01.08.03.04	Partes relacionadas	15.498	6.741	0
1.02	Ativo Não Circulante	2.129.510	2.092.920	1.939.058
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	335.883	296.887	56.650
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	160.084	157.760	0
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	160.084	157.760	0
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	125.245	86.787	27.916
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	125.245	86.787	27.916
1.02.01.06	Tributos Diferidos	44.414	45.538	19.392
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	44.414	45.538	19.392

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	234	4.878
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	234	4.878
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	6.140	6.568	4.464
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	4.540	4.925	2.654
1.02.01.09.05	Outros	1.600	1.643	1.810
1.02.02	Investimentos	138.363	125.118	22.843
1.02.02.01	Participações Societárias	138.363	125.118	22.843
1.02.03	Imobilizado	928.211	942.558	1.229.095
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	0	379.039	487.894
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	0	563.519	741.201
1.02.04	Intangível	727.053	728.357	630.470
1.02.04.01	Intangíveis	727.053	728.357	630.470
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	724.871	724.871	625.723
1.02.04.01.02	Outros	2.182	3.486	4.747

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	3.563.420	3.430.263	3.232.238
2.01	Passivo Circulante	254.532	157.967	110.607
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.955	18.572	17.914
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.345	2.370	2.005
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	7.610	16.202	15.909
2.01.02	Fornecedores	69.933	71.663	35.199
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	69.933	71.663	35.199
2.01.02.01.01	Fornecedores	69.933	71.663	35.199
2.01.03	Obrigações Fiscais	21.701	27.578	26.313
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	11.915	16.528	15.499
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.424	1.295	938
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	10.291	13.786	13.383
2.01.03.01.03	Outros	200	1.447	1.178
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	4.008	4.915	4.739
2.01.03.02.01	ICMS	4.008	4.915	4.739
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	5.778	6.135	6.075
2.01.03.03.01	Royalties	2.673	3.230	3.236
2.01.03.03.02	Participação especial	811	2.905	2.514
2.01.03.03.03	Outros	2.294	0	325
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	36.557	12.472	387
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	36.557	12.472	387
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	36.557	12.472	387
2.01.05	Outras Obrigações	104.531	11.979	18.034
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.937	420	336
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	3.937	420	336
2.01.05.02	Outros	100.594	11.559	17.698
2.01.05.02.04	Outros	88.973	3.093	11.442
2.01.05.02.05	Seguros a pagar	11.621	8.466	6.256

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2.01.06	Provisões	11.855	15.703	12.760
2.01.06.02	Outras Provisões	11.855	15.703	12.760
2.01.06.02.04	Provisões para Pesquisa e Desenvolvimento	11.855	15.703	12.760
2.02	Passivo Não Circulante	529.241	583.131	531.627
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	323.184	357.171	250.528
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	323.184	357.171	250.528
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	323.184	357.171	250.528
2.02.04	Provisões	206.057	225.960	281.099
2.02.04.02	Outras Provisões	206.057	225.960	281.099
2.02.04.02.04	Provisão para Abandono	0	225.960	281.099
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.779.647	2.689.165	2.590.004
2.03.01	Capital Social Realizado	2.078.116	2.078.116	2.078.116
2.03.02	Reservas de Capital	-39.133	-43.108	-49.375
2.03.02.04	Opções Outorgadas	41.874	37.899	31.632
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-81.007	-81.007	-81.007
2.03.04	Reservas de Lucros	725.010	610.788	555.853
2.03.04.01	Reserva Legal	43.810	33.107	28.426
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	38.676	38.676	0
2.03.04.10	Reserva para investimento	642.524	539.005	527.427
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	15.654	43.369	5.410

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	476.454	496.192	503.232
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-240.732	-252.854	-242.266
3.03	Resultado Bruto	235.722	243.338	260.966
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-114.416	-439.848	-169.008
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-49.597	-52.907	-58.475
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-2.788	335	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-62.540	-386.098	-110.348
3.04.05.01	Custo Eexploratório para Extração de Petróleo e Gás	-62.540	-386.098	-110.348
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	509	-1.178	-185
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	121.306	-196.510	91.958
3.06	Resultado Financeiro	46.549	272.220	119.201
3.06.01	Receitas Financeiras	60.713	277.060	119.608
3.06.01.01	Rendimento de aplicação financeira	51.009	260.350	119.608
3.06.01.02	Outros	9.704	16.710	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-14.164	-4.840	-407
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-11.206	-788	-263
3.06.02.02	Outros	-2.958	-4.052	-144
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	167.855	75.710	211.159
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-14.957	17.903	-16.334
3.08.01	Corrente	-13.834	-8.242	-13.249
3.08.02	Diferido	-1.123	26.145	-3.085
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	152.898	93.613	194.825
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	152.898	93.613	194.825
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	152.898	93.613	194.825

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	152.898	93.613	194.824
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-27.715	37.958	3.219
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	125.183	131.571	198.043
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	125.183	131.571	198.043

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	341.772	431.472	348.467
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	338.380	554.740	444.909
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	152.898	93.613	194.824
6.01.01.02	Amortização e Depreciação	67.147	121.652	122.775
6.01.01.03	Imposto Renda e Contrib. Soc. Dif. LÍq.	1.124	-26.146	3.085
6.01.01.04	Var. Camb. Monet. e Enc. sobre Financiamentos	15.948	14.617	5.932
6.01.01.06	Baixa do Bônus de Assinatura e Imobilizado	87.811	332.374	70.647
6.01.01.07	Provisão para Imposto de Renda e Contrib. Social	13.834	8.242	15.482
6.01.01.08	Provisão para Pesquisa e Desenvolvimento	-3.848	2.943	4.183
6.01.01.10	Plano de opção de ação	3.975	6.267	9.005
6.01.01.11	Variação cambial e outros	0	0	18.791
6.01.01.13	Equivalência patrimonial	-509	1.178	185
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-9.047	-47.938	-186.558
6.01.02.01	Contas a Receber	323	-988	-2.181
6.01.02.02	Impostos e Contribuição a Recuperar	38.674	-38.970	-27.862
6.01.02.03	Fornecedores	-15.946	12.638	-131.180
6.01.02.04	Impostos a Recolher	-19.711	-5.643	101
6.01.02.05	Juros Pagos	-15.904	-13.723	-6.435
6.01.02.06	Imposto de Renda e Contr. Soc. pagos	0	-1.336	-19.329
6.01.02.07	Empresas Ligadas	3.517	84	328
6.01.03	Outros	12.439	-75.330	90.116
6.01.03.01	Ativos	-48.078	-14.710	89.083
6.01.03.02	Passivos	60.517	-60.620	1.033
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-427.346	-485.109	-617.266
6.02.01	Caixa Restrito	-70.977	-58.871	-23.749
6.02.02	Adições ao Imobilizado	-122.861	-134.669	-215.615
6.02.03	Aplicações financeiras	-220.588	-87.857	-363.463
6.02.04	Adições ao intangível	-184	-100.259	-1.840

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.02.05	Aumento de capital empresas no exterior	-12.736	-103.453	-12.599
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-50.669	79.159	25.006
6.03.02	Pagamento de Financiamentos	-11.993	0	0
6.03.03	Pagamento de Dividendos	-38.676	-38.676	-40.000
6.03.07	Ações em tesouraria	0	0	-18.507
6.03.08	Captação de empréstimo	0	117.835	83.513
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-26.691	37.959	3.219
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-162.934	63.481	-240.574
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	180.672	117.191	357.765
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	17.738	180.672	117.191

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.078.116	-43.108	610.788	0	43.369	2.689.165	0	2.689.165
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.078.116	-43.108	610.788	0	43.369	2.689.165	0	2.689.165
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	3.975	0	-38.676	0	-34.701	0	-34.701
5.04.06	Dividendos	0	0	-38.676	0	0	-38.676	0	-38.676
5.04.08	Dividendos adicionais propostos	0	0	38.676	-38.676	0	0	0	0
5.04.10	Plano de opção de ações	0	3.975	0	0	0	3.975	0	3.975
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	152.898	-27.715	125.183	0	125.183
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	152.898	0	152.898	0	152.898
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-27.715	-27.715	0	-27.715
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-27.715	-27.715	0	-27.715
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	114.222	-114.222	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	114.222	-114.222	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.078.116	-39.133	725.010	0	15.654	2.779.647	0	2.779.647

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.078.116	-49.375	555.853	0	5.410	2.590.004	0	2.590.004
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.078.116	-49.375	555.853	0	5.410	2.590.004	0	2.590.004
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	6.266	0	-38.676	0	-32.410	0	-32.410
5.04.06	Dividendos	0	0	-38.676	0	0	-38.676	0	-38.676
5.04.08	Dividendos adicionais propostos	0	0	38.676	-38.676	0	0	0	0
5.04.10	Plano de opções de ações	0	6.266	0	0	0	6.266	0	6.266
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	93.613	37.959	131.572	0	131.572
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	93.613	0	93.613	0	93.613
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	37.959	37.959	0	37.959
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	37.959	37.959	0	37.959
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	54.937	-54.937	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	54.937	-54.937	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.078.116	-43.109	610.790	0	43.369	2.689.166	0	2.689.166

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.078.116	-39.873	368.623	0	2.191	2.409.057	0	2.409.057
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	32.407	0	0	32.407	0	32.407
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.078.116	-39.873	401.030	0	2.191	2.441.464	0	2.441.464
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-9.502	-40.000	0	0	-49.502	0	-49.502
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-18.507	0	0	0	-18.507	0	-18.507
5.04.08	Dividendos adicionais propostos	0	0	-40.000	0	0	-40.000	0	-40.000
5.04.10	Plano de opção de ações	0	9.005	0	0	0	9.005	0	9.005
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	194.824	3.219	198.043	0	198.043
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	194.824	0	194.824	0	194.824
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.219	3.219	0	3.219
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	3.219	3.219	0	3.219
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	194.822	-194.824	0	-2	0	-2
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	194.820	-194.824	0	-4	0	-4
5.06.04	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	2	0	0	2	0	2
5.07	Saldos Finais	2.078.116	-49.375	555.852	0	5.410	2.590.003	0	2.590.003

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.01	Receitas	750.664	872.562	851.408
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	586.674	615.398	634.285
7.01.02	Outras Receitas	9.947	8.492	1.508
7.01.02.02	Outras receitas	387	309	1.508
7.01.02.03	Receita de serviços	9.560	8.183	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	154.043	248.672	215.615
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-344.010	-716.362	-397.262
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-194.593	-471.908	-186.728
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-137.180	-223.545	-192.927
7.02.04	Outros	-12.237	-20.909	-17.607
7.03	Valor Adicionado Bruto	406.654	156.200	454.146
7.04	Retenções	-67.654	-121.465	-124.491
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-67.654	-121.465	-124.491
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	339.000	34.735	329.655
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	61.222	265.252	119.423
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	509	-1.178	-185
7.06.02	Receitas Financeiras	58.996	265.899	119.608
7.06.03	Outros	1.717	531	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	400.222	299.987	449.078
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	400.222	299.987	449.078
7.08.01	Pessoal	55.242	58.915	60.973
7.08.01.01	Remuneração Direta	46.149	54.613	53.530
7.08.01.02	Benefícios	6.406	6.585	5.282
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.755	-2.590	2.161
7.08.01.04	Outros	-68	307	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	175.294	151.393	188.474
7.08.02.01	Federais	78.509	48.231	81.313
7.08.02.02	Estaduais	53.992	55.825	57.000

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.08.02.03	Municipais	42.793	47.337	50.161
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	16.788	-3.934	4.807
7.08.03.01	Juros	5.423	-6	167
7.08.03.02	Aluguéis	2.623	1.857	3.650
7.08.03.03	Outras	8.742	-5.785	990
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	152.898	93.613	194.824
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	152.898	93.613	194.824

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO****Prezados Acionistas:**

A QGEP Participações S.A. apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas do exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2016.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Ao longo de 2016, continuamos avançando nos nossos projetos buscando a valorização do nosso portfólio, mesmo em condições macroeconômicas e setoriais ainda complexas. Estamos otimistas com as perspectivas econômicas do Brasil, especialmente com a queda da inflação e o início do ciclo da redução das taxas de juros a partir do final de 2016, fatos que estão, aos poucos, suportando o aumento da confiança das empresas e dos consumidores.

No cenário internacional, os preços do petróleo tiveram aumento de mais de 50% em 2016 e apresentaram também menor volatilidade quando comparados a 2015. Ao mesmo tempo, registrou-se uma expansão da produção de óleo e gás do Brasil, especialmente ao longo do segundo semestre do ano. A produção de petróleo e gás natural no Brasil em 2016 foi de 3,2 milhões de barris de óleo equivalente por dia, recorde de produção. Estes eventos reforçam nossa crença em relação às perspectivas positivas de médio e longo prazo para o setor e, conseqüentemente, para a QGEP, considerando o portfólio atual da Companhia e seu potencial de valorização.

A produção de gás do Campo de Manati em 2016 foi de 4,9MMm³ por dia, comparada aos 5,6MMm³ por dia registrados em 2015. Os níveis de produção refletem a menor demanda industrial de gás no país, particularmente na região nordeste, onde atuamos. Para 2017, reafirmamos nosso *guidance* anterior de um recebimento equivalente a uma média de produção de gás diária em Manati de 4,9MMm³, em linha com os níveis registrados em 2016. As operações no Campo de Manati em 2017 devem ser beneficiadas pelo reajuste contratual anual de preços e a conclusão da manutenção e pintura da plataforma, que reduzirão custos. Adicionalmente, uma recuperação da atividade industrial no país poderia potencialmente aumentar os níveis de produção no segundo semestre do ano.

Nos últimos meses, aproveitamos duas importantes oportunidades para agregar valor ao portfólio de ativos exploratórios da QGEP. Assumimos a participação acionária de dois de nossos parceiros em blocos exploratórios nas bacias de Foz do Amazonas e Pará-Maranhão, na Margem Equatorial, passando assim a deter 100% desses blocos, todos adquiridos na 11ª Rodada de Licitações da ANP, e nos quais somos operadores. Os dados sísmicos já foram adquiridos e processados antes da transação, e estamos analisando esses dados a fim de definir os próximos passos.

É importante ressaltar aqui que, com esses ativos e os blocos de alto potencial que adquirimos na 13ª Rodada de Licitações da ANP, a QGEP detém agora um portfólio substancial para operações de *farm-out*. Atualmente, estamos avaliando o potencial interesse da indústria com relação ao nosso desinvestimento, e podemos afirmar que a participação de empresas do setor neste processo nos deixa animados com as perspectivas para esses blocos. Reduzir a participação nestes ativos específicos faz parte do reenquadramento do nosso portfólio na estratégia da Companhia de diversificar nossa presença especialmente em ativos na fase exploratória. Desta forma objetivamos sempre participar de um número maior de ativos, com exposição reduzida em cada um deles.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em relação ao Bloco BM-S-8, acreditamos ter agora uma melhor visibilidade quanto as próximas etapas relacionadas à descoberta de Carcará, após a entrada da Statoil como operadora. No momento, o consórcio está avaliando a disponibilidade de sondas para a perfuração do prospecto de pré-sal Guanxuma, localizado a 30 quilômetros a sudoeste de Carcará, cuja perfuração está programada até o final deste ano. Além disso, está programada para meados de 2017 a nova rodada de licitações da ANP, a qual inclui a extensão ao norte da área do reservatório de Carcará, adjacente ao Bloco BM-S-8. Acreditamos que a realização desta rodada seja fundamental para a definição do cronograma de desenvolvimento do Campo.

Por último, mas não menos importante, os desafios dos trabalhos de adaptação do FPSO Petrojarl I para o Campo de Atlanta resultaram em adiamentos na data de entrega, que está programada para o quarto trimestre de 2017, com primeiro óleo no início de 2018. As negociações com a Teekay, responsável pela adaptação do FPSO em Rotterdam, estão avançando, e estamos monitorando de perto a situação.

2016 foi um ano difícil para toda a indústria mundial de óleo e gás e para a economia brasileira, tendo a QGEP sido afetada por ambos fatores. Apesar destes desafios, conseguimos apresentar resultados financeiros consistentes. No ano, a receita líquida alcançou R\$477 milhões e EBITDAX de R\$188 milhões, representando uma margem de aproximadamente 40%. O lucro líquido totalizou R\$153 milhões, muito acima do ano anterior, quando incorremos em gastos exploratórios significativos relacionados à devolução de um bloco exploratório à ANP. Além disso, em 2016, tivemos custos de produção e gastos exploratórios mais baixos e despesas gerais e administrativas reduzidas. A QGEP encerrou o ano com saldo de caixa de R\$1,3 bilhão, que, em conjunto com nosso fluxo de caixa operacional futuro, é mais do que suficiente para financiar nossas operações e planos de investimentos, pelo menos, nos próximos dois anos.

Essa sólida posição financeira nos dá a flexibilidade de aproveitar outras oportunidades que se enquadrem em nossa estratégia. Ao mesmo tempo, a diversificação de nosso portfólio exploratório virá também de potenciais reduções de participação em ativos já existentes no nosso portfólio atual. Desta forma, estamos em uma situação excepcionalmente vantajosa em relação à escolha de como utilizar nossos recursos financeiros e como monetizarmos nossa base de ativos por meio de acordos de *farm-out* com potenciais parceiros, buscando sempre a criação de valor para nossos acionistas.

Sendo uma empresa de petróleo independente com sólido conhecimento da atividade de exploração e produção no Brasil, a QGEP está bem posicionada para usufruir dos benefícios advindos das recentes iniciativas governamentais para apoiar o desenvolvimento do setor no país. Reformas legislativas significativas em andamento destinadas a aumentar a competitividade do país, como também a previsibilidade de novos leilões, já começam a surtir efeito na atratividade para novos investidores estrangeiros. Supondo que as novas regras de conteúdo local, bem como a renovação do REPETRO estejam em vigor, os planos da ANP para as três rodadas de licitação em 2017 devem gerar grande interesse entre os players internacionais. Assim, pretendemos exercer um papel relevante nos próximos anos em um mercado que tem tudo para crescer e se tornar um dos mais atrativos no mundo. Seguimos evoluindo em direção à nossa visão de nos tornarmos uma das principais produtoras brasileiras independentes de óleo e gás.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

PERFIL

Em 2016, a QGEP figurou na quarta posição no ranking das maiores companhias produtoras de gás no Brasil, respondendo por 3% da produção total do país, de acordo com dados da ANP. A QGEP foi ainda a nona maior companhia em termos de produção no Brasil no ano, com 0,5% da produção total de óleo e gás brasileira.

Primeira empresa independente brasileira a conquistar a qualificação como Operador tipo A pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, está autorizada a operar em águas rasas, profundas e ultraprofundas desde 2000.

A QGEP tem um portfólio balanceado presente nas principais bacias sedimentares marítimas do Brasil. A Companhia vem crescendo e diversificando sua base de ativos, e encerrou 2016 com 12 blocos exploratórios, três ativos em desenvolvimento e um ativo em produção.

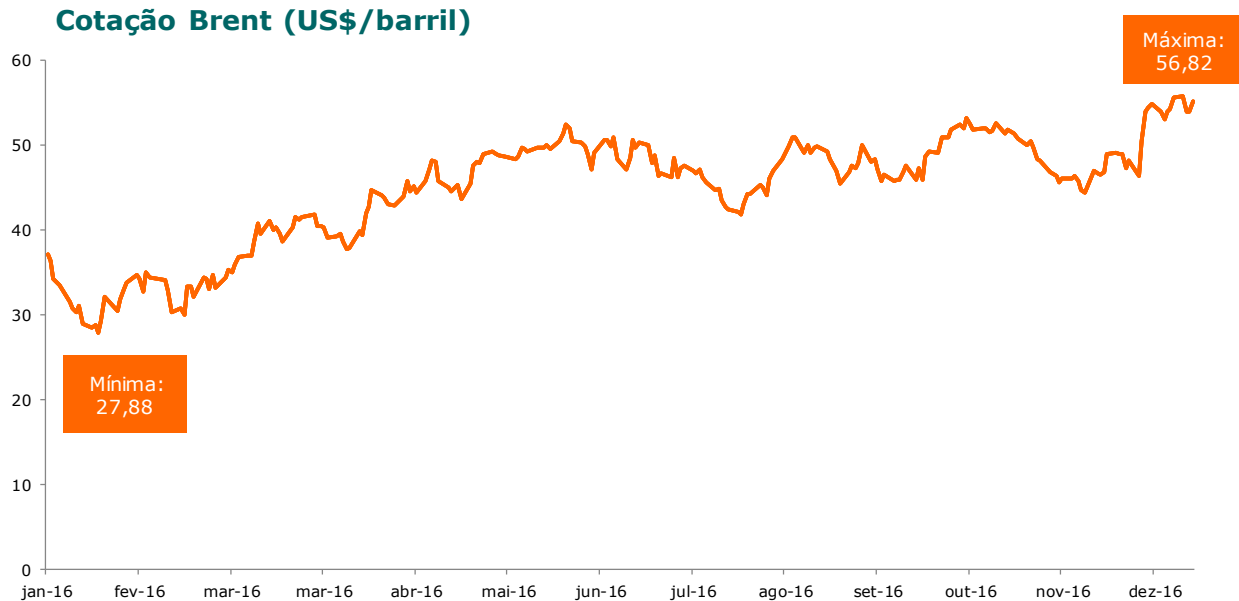
A QGEP está bem posicionada para crescer, com relevante *expertise* técnico, flexibilidade financeira e otimização contínua do seu portfólio de ativos. A Companhia reúne todos os elementos para o crescimento no médio e longo prazo e de forma rentável: (i) importante ativo produtor, o Campo de Manati, gerando fluxo de caixa suficiente para suportar despesas operacionais de curto prazo e plano de investimentos; (ii) desenvolvimento de um ativo produtor de óleo, o Campo de Atlanta, que será uma importante fonte de receita no médio prazo; (iii) descoberta relevante de óleo no pré-sal, Carcará, na Bacia de Santos, na qual a QGEP detém 10% de participação, e será um importante gerador de receita no longo prazo, (iv) outros ativos exploratórios, incluindo diversos blocos de alto potencial, como as concessões da Bacia de Sergipe-Alagoas; (v) sólida posição financeira para apoiar os planos de crescimento e (vi) experiência no mercado local que torna a QGEP um parceiro atraente para companhias globais de petróleo.

CONTEXTO ECONÔMICO

2016 foi um ano extremamente complexo no Brasil. No cenário econômico, o país viveu a maior recessão de sua história e, do lado político, o afastamento da presidente por meio de um processo de impeachment. A mudança de governo, porém, impactou positivamente o cenário econômico, que já começou a emitir pequenos sinais de melhora ao final do ano, principalmente por meio dos indicadores de inflação (6,29% vs. 10,67% em 2015), taxa de juros (13,75% vs. 14,25% em 2015) – primeiro movimento de redução após 4 anos - e apreciação cambial. O dólar iniciou o ano cotado a R\$3,95 e encerrou em R\$3,25, o que representa uma queda de 17,7%, primeira apreciação anual desde 2010.

Já o Brent apresentou uma recuperação ao longo do ano. Iniciou 2016 a US\$37,22/barril, atingiu a cotação mínima de US\$27,88/barril em fevereiro e encerrou o ano a US\$56,82/barril, máxima do ano, representando um aumento de 52,7%. Essa recuperação foi resultado direto, principalmente, das ações da OPEP em reduzir a produção, pressionando o preço da *commodity* para cima.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Fonte: Bloomberg

SETOR DE ÓLEO E GÁS NO BRASIL

As mudanças nas regras do setor de óleo e gás a partir de 2016, associadas à prospectividade dos reservatórios do pré-sal, tornaram o Brasil uma nova fronteira nos mercados globais de óleo e gás. O aprimoramento regulatório, especialmente no que tange ao conteúdo local e à abertura do pré-sal a outros operadores, favorece a retomada da indústria. Além disso, novas rodadas de licitação já estão programadas para 2017.

A previsibilidade do cronograma das licitações é um fator de atratividade do setor. A oferta constante de novos blocos exploratórios permite às companhias um melhor planejamento para a alocação de seus investimentos. Uma das rodadas programadas para este ano tem como objeto blocos localizados no pré-sal da Bacia de Santos adjacentes à áreas onde já ocorreram descobertas de grandes volumes de hidrocarbonetos. Para atrair o interesse dos players do setor nestas áreas conhecidas como "unitizáveis", é fundamental a regulamentação das regras de unitização, ora em andamento. Estas regras irão garantir a segurança jurídica necessária para os eventuais consórcios e darão transparência à governança destas descobertas, já que permitirão a compatibilização dos regimes de partilha da produção e concessão.

Também nesta direção, em janeiro de 2017, a Presidência da República sancionou a lei que retira a obrigatoriedade da Petrobras de ser operadora de todos os campos de petróleo da área do polígono do pré-sal. Com isso, a possibilidade de múltiplos operadores aumentará a competição, resultando em maior número de projetos sendo desenvolvidos simultaneamente, além de incrementar a inovação em tecnologias de ponta, úteis na superação dos desafios técnico-operacionais na exploração e produção no pré-sal.

Recentemente, em fevereiro de 2017, o governo propôs novas regras de conteúdo local, simplificando a sua adoção, o que reflete um avanço e permite uma maior competitividade não apenas para a indústria de óleo e gás, mas também para a indústria nacional pelo maior incentivo ao investimento. Espera-se um aprimoramento contínuo destas regras, tais como a

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

previsibilidade dos mecanismos de *waiver*, que dêem segurança jurídica a todos os participantes do setor.

Atualmente, o setor espera outro passo na direção de maior competitividade representada pela extensão do REPETRO, o regime especial de tributação, que está previsto para se extinguir em 2020. Este regime especial mostrou-se imprescindível na economicidade dos projetos, sendo fator fundamental na atração de investimentos desde a abertura do setor. A expectativa da indústria é que o REPETRO seja estendido até 2040.

Outra iniciativa de suma importância implementada pelo governo em 2016 foi o lançamento do programa Gás para Crescer. Este programa visa a regulamentação e o incentivo à comercialização do gás, dado que este insumo deverá apresentar a maior taxa de crescimento de utilização na matriz energética do Brasil. O gás é um produto de transição para uma economia de menor emissão de CO₂, portanto mais sustentável para a sociedade.

ATIVOS DA QGEF

Bacia	Bloco/ Concessão	Campo/ Prospecto	Participação QGEF	Categoria Recursos	Fluido
Camamu	BCAM-40	Manati Camarão Norte	45%	Reserva Contingente	
	CAL-M-372	CAM#01	20%	Prospectivo	
Santos	BM-S-8	Carcará	10%	Prospectivo/ Contingente	
		Guanxuma		Prospectivo	
	BS-4	Atlanta	30%	Reserva	
		Oliva Piapara		Contingente Prospectivo	
Espírito Santo	ES-M-598		20%	Prospectivo	
	ES-M-673		20%	Prospectivo	
Foz do Amazonas	FZA-M-90		100%	Prospectivo	
Pará-Maranhão	PAMA-M-265		100%	Prospectivo	
	PAMA-M-337		100%	Prospectivo	
Ceará	CE-M-661		25%	Prospectivo	
Pernambuco- Paraíba	PEPB-M-894		30%	Prospectivo	
	PEPB-M-896		30%	Prospectivo	
Sergipe-Alagoas	SEAL-M-351		100%	Prospectivo	
	SEAL-M-428		100%	Prospectivo	



Óleo



Gás

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ATIVOS EM PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

MANATI

Bloco BCAM-40; Participação: 45% 

A receita e o lucro operacional da QGEP derivam hoje do seu principal ativo de produção, o Campo de Manati, um dos maiores campos de gás não associado do Brasil, atendendo à demanda da região nordeste do país, e no qual a Companhia detém 45% de participação. Os demais sócios são Geopark (10%), Brasoil (10%) e Petrobras (35%), que também é a operadora do Campo.

Localizado na Bacia de Camamu, no litoral do estado da Bahia, o Campo de Manati é um marco na história da QGEP, por ter sido descoberto pelo primeiro poço perfurado em uma concessão na qual a Companhia detinha participação. Originário do Bloco BCAM-40, sua extensão é de aproximadamente 76 km², em lâmina d'água de 35 metros e capacidade de produção atual de 6,0 milhões de m³ por dia.

O consórcio mantém um contrato para a venda de gás do Campo com a Petrobras, o qual engloba 100% da reserva do Campo e possui cláusula de *take-or-pay*. O preço do gás é denominado em Real e reajustado em bases anuais de acordo com índice contratual.

Em 2016, a produção média diária de gás no Campo de Manati foi de 4,9MMm³, em comparação com 5,6MMm³ no ano anterior. Os menores níveis de produção em 2016 refletem a redução da demanda de gás natural no Brasil, em função do declínio na atividade econômica. Mesmo com esta redução, o Campo de Manati continuou a fornecer aproximadamente 30% do abastecimento de gás para a região nordeste do Brasil.

Ao longo de 2016, o consórcio realizou a manutenção e pintura da plataforma de Manati, tendo a QGEP gasto cerca de R\$30 milhões. Em 2017, esta atividade deverá ser finalizada ao longo do primeiro semestre e espera-se um dispêndio adicional de R\$8 milhões, totalizando R\$38 milhões, valor inferior ao estimado inicialmente. A plataforma, o gasoduto e a estação de tratamento de gás pertencem ao Consórcio, o que reduz sobremaneira o custo operacional, mantendo o Campo altamente rentável.

A certificação de reservas da Gaffney, Cline & Associates (GCA) para Manati indica que em 31 de dezembro de 2015 as reservas 2P para 100% do Campo totalizavam 11,0 bilhões de m³ de gás natural e condensado, que corresponde a cerca de 68,9 milhões de barris de óleo equivalente (boe) de gás.

ATLANTA

Bloco BS-4; Participação: 30%; Operadora 

O Campo de Atlanta será o segundo ativo produtor da QGEP, com o primeiro óleo estimado para o final de 2017. A QGEP é operadora do Campo, no qual detém 30% de participação.

Em 2014, foram perfurados e concluídos dois poços horizontais com capacidade de produção na faixa superior de 12 mil barris por dia (kbpd) de acordo com os testes realizados. Em função dos resultados positivos, foi contratado o afretamento de um FPSO para o Sistema de Produção Antecipada (SPA), originalmente para iniciar a produção em 2016.

Os desafios enfrentados na adaptação do FPSO Petrojarl I para o Campo de Atlanta pela empresa contratada – a norueguesa Teekay Offshore Partners L.P – foram maiores do que os inicialmente

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

planejados, e resultaram em adiamentos na data de entrega, que agora está programada para o quarto trimestre de 2017. O FPSO terá capacidade de produção de 30 kbpd e capacidade de armazenamento de 180 mil barris.

Com a nova data de chegada do FPSO no Campo de Atlanta, o Consórcio estima o primeiro óleo para o início de 2018. A capacidade de produção inicial será de 20 kbpd a partir de dois poços de produção. O Consórcio poderá optar por perfurar um poço adicional, o que aumentará a capacidade para 30 kbpd. Essa decisão se baseará em diversos fatores, inclusive os preços vigentes do petróleo.

Em outubro de 2015, a Companhia assinou um contrato com a Shell Western Supply and Trading Ltd (Shell) para a comercialização da produção do SPA de Atlanta. As vendas de óleo serão *Free on Board (FOB)* no FPSO, com um mecanismo de preço *netback*. O contrato tem prazo de três anos, com a possibilidade de extensão por mais um ano. Os demais consorciados do Campo de Atlanta celebraram o mesmo tipo de acordo comercial com a Shell.

ATIVOS EXPLORATÓRIOS

BM-S-8

Participação: 10% 

A QGEP adquiriu 10% da concessão do BM-S-8, por meio de operação de farm-in, em julho de 2011. No final daquele ano, foi iniciada a perfuração do poço que deu origem à descoberta de Carcará, tendo o consórcio anunciado, em março de 2012, uma descoberta de óleo de alta qualidade em reservatórios do pré-sal. Em julho de 2015, o Consórcio concluiu a perfuração do poço de extensão Carcará Norte, com profundidade final de 6.338 metros, a 5km de distância do poço pioneiro, confirmando o potencial da descoberta de óleo leve com 31° API.

Após a perfuração do Carcará Norte, a sonda foi alocada para o poço de extensão Carcará Noroeste. Este poço está localizado a 5 km do poço pioneiro e sua perfuração foi concluída em setembro de 2015, atingindo uma profundidade final de 6.405 metros. Assim como nos poços anteriores, o Carcará Noroeste não identificou o contato óleo-água.

Os testes realizados em 2015 no poço Carcará Norte confirmaram que o óleo é da mesma acumulação identificada pelo poço descobridor. O óleo apresenta API de 31o e ausência de contaminantes. Os dados obtidos com a avaliação confirmaram a expectativa de elevada produtividade dos reservatórios dessa área. As vazões iniciais de produção estimadas por poço são, no mínimo, equivalentes aos melhores poços em produção no pré-sal da Bacia de Santos. Essa avaliação permitiu a definição das características dos reservatórios, dos fluidos e da capacidade de produção, provendo ao consórcio informações fundamentais para a continuidade das operações no Bloco BM-S-8.

Em 29 de julho de 2016, a QGEP divulgou que a Statoil Brasil Óleo e Gás Ltda adquiriu a participação de 66% até então detida pela Petrobras, passando a ser a operadora do Bloco. O preço base negociado foi de US\$2,5 bilhões. Esta transação trouxe uma referência do valor de mercado de nossa participação no ativo e deverá, em um futuro próximo, trazer maior visibilidade do cronograma de investimentos e data para o primeiro óleo. A acumulação de Carcará abrange tanto o Bloco BM-S-8 como a área ao norte, que deverá fazer parte da próxima rodada de licitações da ANP programada para este ano. O operador deverá, após a Rodada de Licitações da ANP e definição dos termos de unitização, trazer maior visibilidade do cronograma de investimentos e data para o primeiro óleo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Segundo o Plano de Avaliação em andamento, as próximas atividades incluirão a perfuração do prospecto do pré-sal Guanxuma, situado 30 km a sudoeste de Carcará, previsto para ter início no quarto trimestre de 2017, além de testes no poço Carcará Noroeste, programado para o início de 2018.

CAL-M-372

Participação: 20% 

As atividades no CAL-M-372 continuam aguardando a licença ambiental do IBAMA, atualmente prevista para ser obtida em 2018. Assim que a licença for emitida, o Consórcio perfurará um poço pioneiro no prospecto CAM#01. O Consórcio solicitou à ANP a postergação dos prazos da Concessão por conta das condições atuais de mercado e das incertezas em relação ao processo de licenciamento ambiental.

BLOCOS ADQUIRIDOS NA 11ª RODADA DE LICITAÇÕES DA ANP

Participação: diversas 

Na 11ª Rodada de Licitações da ANP, realizada em maio de 2013, a QGEP adquiriu participação em dois blocos de água profunda na bacia do Pará-Maranhão (Blocos PAMA-M-265 e PAMA-M-337), em parceria com a Pacific Brasil Exploração de Óleo e Gás, e também na Bacia da Foz do Amazonas (Bloco FZA-M-90) juntamente com a Pacific Brasil Exploração de Óleo e Gás e a Premier Oil do Brasil Petróleo e Gás.

No início de outubro de 2016, a Companhia assumiu a participação nos três blocos exploratórios detida pela Pacific Brasil, que decidiu sair do mercado brasileiro. Como parte do acordo, a Pacific quitou todo o saldo devedor referente à aquisição de sísmica para os blocos da Bacia do Pará-Maranhão e também antecipou à QGEP o valor total de US\$10 milhões, como parte das obrigações mínimas assumidas junto à ANP para investimentos exploratórios nos blocos. Ao final de dezembro, a QGEP assumiu também a participação remanescente de 35% da Premier Oil no Bloco FZA-M-90. Na transação, a QGEP recebeu US\$9,5 milhões, o qual foi calculado com base no valor da participação da Premier na garantia do programa exploratório mínimo.

Os dois movimentos proporcionaram a oportunidade da QGEP assumir o controle desses ativos – dos quais a Companhia já era operadora – e potencialmente contemplar contratos de *farm-out* nessas áreas no médio prazo.

Na 11ª Rodada de Licitações a QGEP também adquiriu 20% de participação em duas concessões localizadas em águas profundas da Bacia do Espírito Santo (os blocos ES-M-598 e ES-M-673), operadas pela Statoil, e ainda 25% de participação no Bloco CE-M-661, na Bacia do Ceará, operado pela Total.

Os dados sísmicos dos blocos das Bacias de Foz do Amazonas, Ceará e Espírito Santo já foram adquiridos e processados no primeiro semestre de 2016. Os Consórcios estão interpretando os dados visando melhor avaliar o potencial desses blocos. Em relação à Bacia do Pará-Maranhão, o Consórcio aguarda o processamento dos dados sísmicos, que deverá ocorrer até o primeiro semestre de 2017.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

SEAL-M-351 E SEAL-M-428

Participação: 100%; Operadora

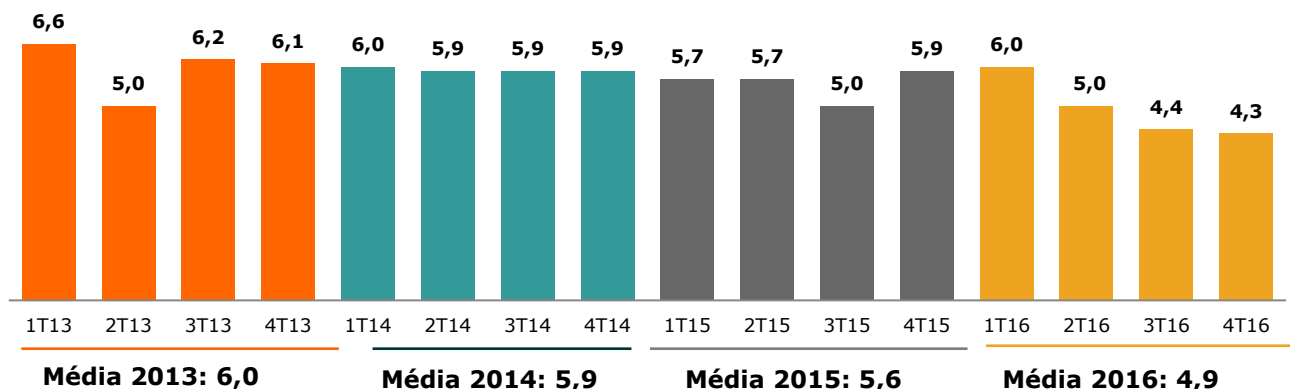


Na 13ª Rodada de Licitações da ANP, realizada em outubro de 2015, a QGEP adquiriu 100% de participação em duas concessões localizadas na Bacia de Sergipe-Alagoas, os blocos SEAL-M-351 e SEAL-M-428. Localizados em águas ultra-profundas, entre 80 e 100 quilômetros da costa, os blocos abrangem uma área total de 1.512 km². Vale destacar que seis descobertas de alta qualidade nesta bacia foram realizadas pela Petrobras nos últimos anos. Como parte da gestão de portfólio, a QGEP também considera oportunidades de *farm-out* nesses blocos, a fim de adequar sua exposição nestes ativos à sua estratégia de participação em blocos exploratórios.

No final de agosto de 2016, a Companhia recebeu os Termos de Referência do IBAMA referentes à licença ambiental para prosseguir com a aquisição de dados sísmicos 3D. O custo será de US\$16 milhões que a QGEP deverá despendar nos próximos dois anos. Espera-se que a aquisição seja realizada até o início de 2018. Este é o único compromisso assumido junto à ANP para esta fase exploratória.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A produção anual de gás natural atingiu média diária de 4,9 milhões de m³ em 2016, comparada a 5,6 milhões de m³ em 2015, em função direta da redução do consumo provocada pela recessão econômica do país. Abaixo, apresentamos a curva de produção do Campo dos últimos quatro anos:

Produção de Gás Média (MM m³ por dia)

Em 2016, o Campo de Manati foi responsável por aproximadamente 6% do total do gás produzido no Brasil e por 32% da produção de gás da região Nordeste, de acordo com dados disponibilizados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

ESTRATÉGIA FINANCEIRA

Eficiência na gestão de riscos e diligência financeira sempre foram os fundamentos para a estratégia da QGEP. A receita e o lucro operacional da Companhia derivam do seu ativo em produção, o Campo de Manati, um dos maiores campos de gás não associado do Brasil. A Companhia se destaca por sua abordagem disciplinada voltada para o seu crescimento e, desde a abertura de capital, vem adquirindo, de forma seletiva, participações em ativos exploratórios

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

e de desenvolvimento para expandir e consolidar o seu portfólio. Esta estratégia financeira da QGEP dá suporte e possibilita este crescimento.

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos de Mercado que permite a utilização de instrumentos financeiros derivativos e *hedge* natural via aplicação do caixa em Dólares e fundo cambial com o intuito de mitigar os riscos de variação relacionados à parcela de seus investimentos denominada em Dólares ou fortemente influenciada por sua cotação.

A estratégia de proteção (*hedge*) é executada para proteger a capacidade de investimento da QGEP – tendo como base uma análise integrada de todas as exposições a risco cambial da Companhia - e assegurar a sua liquidez. O prazo de análise para mitigação de exposição considera os próximos 24 meses e a parcela dos investimentos em moeda estrangeira são *hedgeadas* proporcionalmente a seu tempo de maturação, de forma que os investimentos de curto prazo possuem uma cobertura maior contra as flutuações do câmbio. O uso de derivativos pela Companhia está limitado a operações de proteção (*hedge*). A Companhia não utiliza derivativos para fins especulativos.

A parcela do caixa da Companhia denominada em reais está investida predominantemente em instrumentos financeiros classificados com rating AAA, sendo 80% com liquidez diária.

DESEMPENHO FINANCEIRO

As demonstrações financeiras abaixo representam as informações financeiras consolidadas da Companhia para o ano findo em 31 de dezembro de 2016. Como detentora de participações em corporações dedicadas à exploração, produção e comercialização de produtos de petróleo e gás natural, os resultados da Companhia refletem basicamente aqueles da Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.. Abaixo estão os principais destaques econômicos e financeiros do período, comparados com os de 2015:

Demonstração dos Resultados e Destaques Financeiros (R\$ milhões)

	2016	2015	Δ%
Receita líquida	476,5	496,2	-4,0%
Custos	(240,7)	(252,9)	-4,8%
Lucro bruto	235,7	243,3	-3,1%
Receitas (Despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	(49,6)	(52,9)	-6,3%
Equivalência patrimonial	0,5	(1,2)	-143,2%
Gastos exploratórios de óleo e gás	(62,5)	(386,1)	-83,8%
Outras despesas operacionais líquidas	(2,8)	0,3	-937,2%
Lucro (Prejuízo) operacional	121,3	(196,5)	-161,7%
Resultado financeiro líquido	46,5	272,2	-82,9%
Lucro antes dos impostos e contribuição social	167,9	75,7	121,7%
Imposto de renda e contribuição social	(15,0)	17,9	-183,5%
Lucro (Prejuízo) líquido	152,9	93,6	63,3%
Caixa Líquido gerado pelas atividades operacionais	341,8	431,5	-20,8%
EBITDAX⁽¹⁾	188,3	273,0	-31,0%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Alguns percentuais e outros números incluídos neste relatório foram arredondados para facilitar a apresentação, podendo, assim, apresentar pequenas diferenças em relação às tabelas e notas constantes nas informações trimestrais. Ademais, pela mesma razão, os valores totais apresentados em determinadas tabelas podem não refletir a soma aritmética dos valores precedentes.

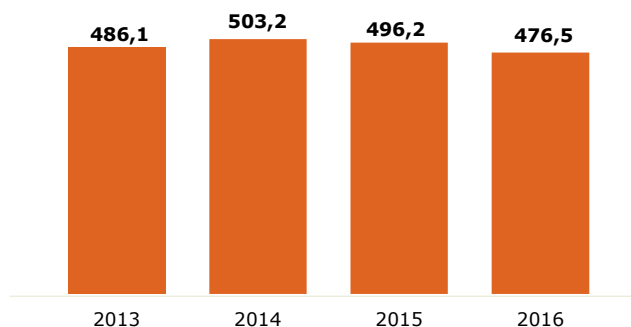
⁽¹⁾ O EBITDAX é uma medida usada pelo setor de petróleo e gás calculada da seguinte maneira: EBITDA + despesas de exploração com poços secos ou sub-comerciais. O cálculo do EBITDA considera o lucro antes do imposto de renda, contribuição social, resultado financeiro e despesas de amortização. O EBITDA não é uma medida financeira segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e as IFRS. Tampouco deve ser considerado isoladamente ou como alternativa ao lucro líquido como indicador de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa operacional como medida de liquidez. É possível que outras empresas calculem o EBITDA de maneira diferente da empregada pela QGEP. Além disso, como medida da lucratividade da Empresa, o EBITDA apresenta limitações por não considerar certos custos inerentes ao negócio que podem afetar os resultados líquidos de maneira significativa, tais como despesas financeiras, tributos e amortização. A QGEP usa o EBITDA como um indicador complementar de seu desempenho operacional.

RESULTADO OPERACIONAL

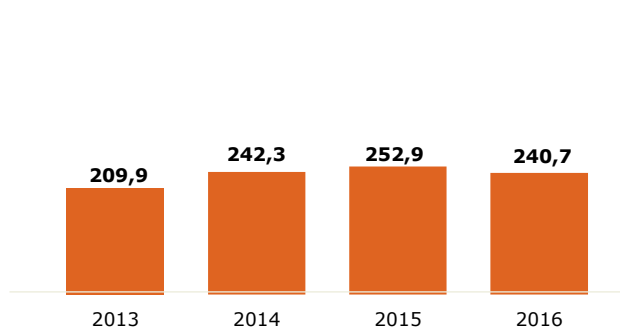
A receita líquida atingiu R\$476,5 milhões em 2016, queda de 4,0% comparada aos R\$496,2 milhões em 2015. A redução deveu-se principalmente à menor produção de gás em 2016, de 4,9 milhões de m³ por dia, em comparação aos 5,6 milhões de m³ em 2015, como resultado do ambiente econômico recessivo no país, que impactou diretamente o consumo de gás, especialmente na região nordeste do país, na qual atuamos. Esta redução foi parcialmente compensada pelo reajuste anual do preço de venda do gás, de acordo com índice contratual em janeiro.

A queda na receita impacta também os custos de depreciação, royalties e participação especial. Desta forma, os custos operacionais totais atingiram R\$240,7 milhões em 2016, queda de 4,8% em relação aos R\$252,9 milhões registrados em 2015, atenuando o impacto da menor produção no lucro bruto, o qual teve uma redução de apenas 3,1%.

Receita Líquida (R\$ milhões)



Custos Operacionais (R\$ milhões)



Nos custos operacionais, o maior impacto foi do custo de manutenção que cresceu 205,1% em relação ao ano anterior, devido às atividades de pintura e manutenção da plataforma de Manati ocorridas a partir do segundo trimestre de 2016. Na ponta contrária, a depreciação e amortização no período apresentaram queda de 45,8% em relação ao ano anterior, em função da assinatura do aditivo ao contrato de venda de gás do Campo de Manati e do efeito da variação cambial sobre a provisão de abandono. Além disso, em razão da queda na produção, a participação especial apresentou redução de 38,9% na comparação anual.

Os custos de produção refletem também as despesas relativas à estação de compressão de gás, que em 2016 totalizaram R\$37,0 milhões. Em 2015, os custos relacionados à esta estação foram R\$13,2 milhões, já que o início da operação se deu em agosto daquele ano.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Abertura dos Custos Operacionais (R\$ milhões)**

	2016	2015	Δ%
Depreciação e amortização	63,9	117,9	-45,8%
Custos de produção	80,7	61,6	31,0%
Custos de manutenção	38,8	12,7	205,1%
Royalties	36,6	37,7	-2,8%
Participação especial	5,6	9,2	-38,9%
P&D	5,6	5,6	0,6%
Outros	9,5	8,2	15,6%
TOTAL	240,7	252,9	-4,8%

RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS**Despesas Gerais e Administrativas**

As despesas gerais e administrativas em 2016 foram de R\$49,6 milhões, ante R\$52,9 milhões em 2015. A queda de 6,3% no período reflete a racionalização de custos realizada pela Companhia ao longo do ano. Vale ressaltar que a inflação do período foi de 6,3%, o que demonstra o compromisso da QGEP no controle de despesas em um ano de queda de receitas.

Gastos Exploratórios

Os gastos exploratórios totais em 2016 foram de R\$62,5 milhões, comparados aos R\$386,1 milhões registrados em 2015, já que em 2015 ocorreu a baixa contábil de R\$332,5 milhões, relacionada à devolução do Bloco BM-J-2 à ANP, bem como a realização de sísmica dos blocos da 11ª Rodada de Licitações da ANP. Em 2016, a Companhia também registrou gastos exploratórios relacionados à aquisição de dados sísmicos na margem equatorial e Bacia do Espírito Santo.

RESULTADO FINANCEIRO

Em 2016, a QGEP apresentou resultado financeiro líquido de R\$46,6 milhões, comparado a R\$272,2 milhões em 2015. Esta queda da ordem de 83% resulta dos rendimentos do caixa da Companhia, o qual está 75% investido em instrumentos financeiros denominados em reais, e o restante em fundos cambiais destinados a cobrir as obrigações denominadas em dólar. A valorização do real em relação ao dólar norte americano no período e a redução da taxa de juros SELIC no país, que encerrou o ano em 13,75% a.a., contribuíram para a redução do rendimento das aplicações financeiras em 2016, que foi de R\$51,0 milhões, comparada a R\$260,4 milhões em 2015. Adicionalmente, a conta de outras receitas e despesas financeiras reduziu de R\$11,9 milhões para R\$4,5 milhões negativos, em função do reconhecimento dos juros do financiamento do BNB no resultado, uma vez que um dos ativos vinculados ao financiamento, BM-J-2, foi devolvido à ANP no final de 2015.

EBITDA E EBITDAX

O EBITDAX foi de R\$188,3 milhões, comparado a R\$273,0 milhões em 2015, queda de 31,0%, em razão, principalmente, da redução da produção do Campo de Manati de 12,2% no ano, bem como maiores gastos exploratórios relacionados à aquisição de dados sísmicos para blocos da 11ª rodada de licitações da ANP em 2016.

O EBITDA em 2016 foi de R\$188,5 milhões, comparado aos R\$74,9 milhões negativos registrados em 2015, já que houve a devolução do Bloco BM-J-2 no final de 2015, acarretando custo da baixa do ativo de R\$335 milhões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**LUCRO LÍQUIDO**

Mesmo com a queda nas receitas operacionais e financeiras, a Companhia obteve lucro líquido de R\$152,9 milhões em 2016, 63,3% superior aos R\$93,6 milhões registrados em 2015, atestando a rentabilidade do Campo de Manati, que se manteve lucrativo mesmo com a queda na produção, aliada a menores gastos exploratórios em 2016.

DESTAQUES DO BALANÇO E FLUXO DE CAIXA**CAIXA (CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS)**

Ao final do exercício de 2016, a Companhia registrava saldo de caixa de R\$1,3 bilhão. Em 31 de dezembro de 2016, a QGEP detinha cerca de 25% de seu caixa investido em fundos cambiais, e o saldo remanescente em instrumentos financeiros denominados em Reais.

O rendimento médio acumulado do caixa em Reais em 31 de dezembro de 2016 foi de 101,9% da variação do CDI no ano, sendo que aproximadamente 80% dos fundos apresentavam liquidez diária.

IMOBILIZADO

Em 31 de dezembro de 2016, o ativo imobilizado totalizava R\$928,2 milhões, superior aos R\$885,5 milhões ao final de 2015. O aumento se deve à reclassificação de estoque relacionado ao Campo de Atlanta para o imobilizado.

INTANGÍVEL

O ativo intangível ao final de 2016 totalizava R\$727,1 milhões, praticamente estável quando comparado aos R\$728,4 milhões registrados no encerramento do exercício de 2015.

CONTAS A PAGAR

O saldo de contas a pagar foi de R\$69,9 milhões, estável comparado a R\$71,7 milhões ao final do exercício de 2015.

CRÉDITO COM PARCEIROS

Refletem gastos incorridos nas atividades de E&P faturadas ("cash calls") ou a serem faturadas aos parceiros não operadores nos respectivos Consórcios, ou alocados pelos parceiros operadores da Companhia nos blocos não operados pela QGEP.

Dos R\$64,0 milhões registrados em 31 de dezembro de 2016, R\$45,6 milhões referem-se a parcela da OGX Petróleo e Gás S.A. - Recuperação Judicial ("OGX") e o restante de outros consorciados. Deste montante, R\$35,4 milhões encontra-se vencido no final de 2016, dos quais R\$17,7 milhões foi suportado pela QGEP. Adicionalmente, ainda em 2016, foi emitido um "cash call" para a OGX no valor de R\$7,9 milhões, com vencimento em janeiro de 2017. Até esta data, não foi identificado o recebimento deste valor.

Além disso, foram emitidas solicitações de aporte para a OGX Netherlands B.V, no montante total de US\$4,7 milhões, as quais não foram quitadas até esta data.

Considerando a atual situação da OGX, a qual se encontra em recuperação judicial, a QGEP está monitorando este processo visando à mitigação de riscos eventualmente associados ao cumprimento das obrigações de pagamento e investimentos do membro consorciado.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ENDIVIDAMENTO

O endividamento total em 31 de dezembro de 2016 era de R\$359,7 milhões, apresentando queda em relação aos R\$369,6 milhões registrados no encerramento de 2015, em função do início do repagamento da dívida da FINEP em setembro de 2016.

A dívida da QGEP é composta por recursos tomados do financiamento obtido da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) e linhas de crédito do Banco do Nordeste do Brasil. O financiamento da FINEP, que é destinado a suportar o desenvolvimento do SPA do Campo de Atlanta, é composto por duas linhas de crédito, uma atrelada a uma taxa fixa e outra a uma taxa flutuante. Ambas têm período de carência de 3 anos e prazo de pagamento de sete anos, com uma linha total de crédito disponível para a QGEP de R\$266,0 milhões. Os empréstimos restantes representam os fundos sacados sobre a linha de crédito do Banco do Nordeste do Brasil. Esta linha de crédito é destinada ao financiamento da exploração dos ativos da QGEP no nordeste do Brasil.

FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL

O fluxo de caixa operacional no ano de 2016 foi de R\$341,8 milhões, redução de 20,8% em relação ao ano de 2015 que registrou R\$431,5 milhões.

DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO

Em 2016, as atividades da QGEP geraram R\$400,2 milhões em riqueza à sociedade, comparado a R\$300,0 milhões no exercício de 2015.

De cada R\$ 1,00 de receita obtida pela QGEP no ano, R\$0,84 foram distribuídos entre diferentes stakeholders: o governo (tributos), terceiros (juros pagos a instituições financeiras e aluguéis), os acionistas (dividendos), os colaboradores (remuneração e benefícios) e retidos na Companhia na forma de reserva de lucros.

CAPEX

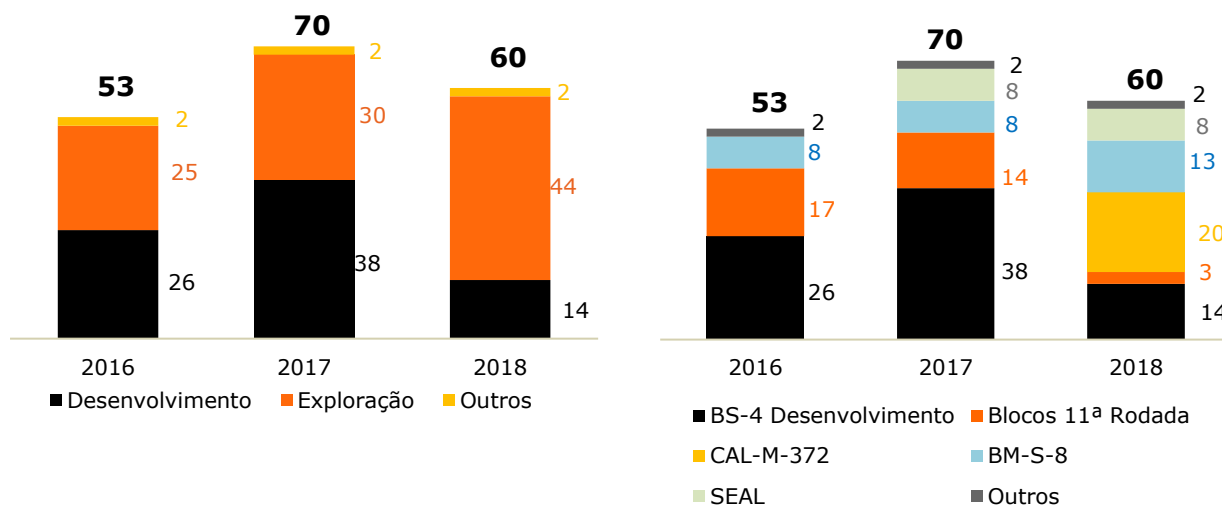
Com uma abordagem disciplinada em relação a investimentos, aliada a rígidos controles sobre as despesas, a QGEP mantém uma posição de caixa confortável que suporte suas necessidades futuras. As decisões relativas aos investimentos são tomadas pelos Consórcios nos diferentes ativos do portfólio da QGEP, e, em seguida, a QGEP contabiliza a parcela correspondente à sua participação no respectivo ativo.

O CAPEX realizado em 2016 foi de US\$53 milhões, dos quais US\$26 milhões foram investidos no Campo de Atlanta e US\$17 milhões na aquisição e análise de dados sísmicos dos blocos da 11ª Rodada de Licitações da ANP.

A Companhia estima investir o montante de US\$70 milhões em 2017. Esse valor inclui US\$38 milhões para o Campo de Atlanta e US\$30 milhões em atividades de exploração, sendo US\$8 milhões destinados às atividades no Bloco BM-S-8 e US\$14 milhões relativos à aquisição de sísmica para os blocos adquiridos na 11ª Rodada de Licitações da ANP.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

CAPEX líquido para a QGEP (US\$ milhões)



MERCADO DE CAPITAIS

A ação da QGEP (BMF&Bovespa: QGEP3) fechou o ano de 2016 cotada a R\$ 5,33 e valor de mercado de R\$1,4 bilhão, o que indica desvalorização de 9% em relação à cotação de 31 de dezembro de 2015, enquanto que o principal índice da BM&FBOVESPA, o Ibovespa, subiu 39% no mesmo período.

Podemos dividir o desempenho do ano em dois momentos distintos. Ao longo do primeiro semestre, a ação seguiu a trajetória de queda iniciada em 2015, chegando a atingir a mínima no ano, de R\$3,62. Em julho, com o anúncio da aquisição de Carcará pela Statoil, a ação reagiu, chegando à máxima no ano, de R\$6,11. O desempenho do preço da ação no período refletiu, ainda, as prorrogações da chegada do FPSO em Atlanta, que por sua vez impactaram o cronograma de início de produção do primeiro óleo, bem como a visibilidade do cronograma de operação do Campo. O valor médio diário negociado em 2016 foi de R\$ 4,8 milhões, estável em relação a 2015.

Ao final de 2016, a Companhia contava com nove coberturas de analistas de investimento, representando bancos e corretoras nacionais e estrangeiros. Desses analistas, cinco recomendavam COMPRA, três recomendavam MANUTENÇÃO e um recomendava VENDA. O preço-alvo mais alto para as ações da Companhia era de R\$16,60, e o mais baixo, de R\$5,00, com preço alvo médio de R\$9,63 por ação, o que representa potencial de valorização de 81% em relação ao preço de fechamento da ação da QGEP no encerramento de 2016.

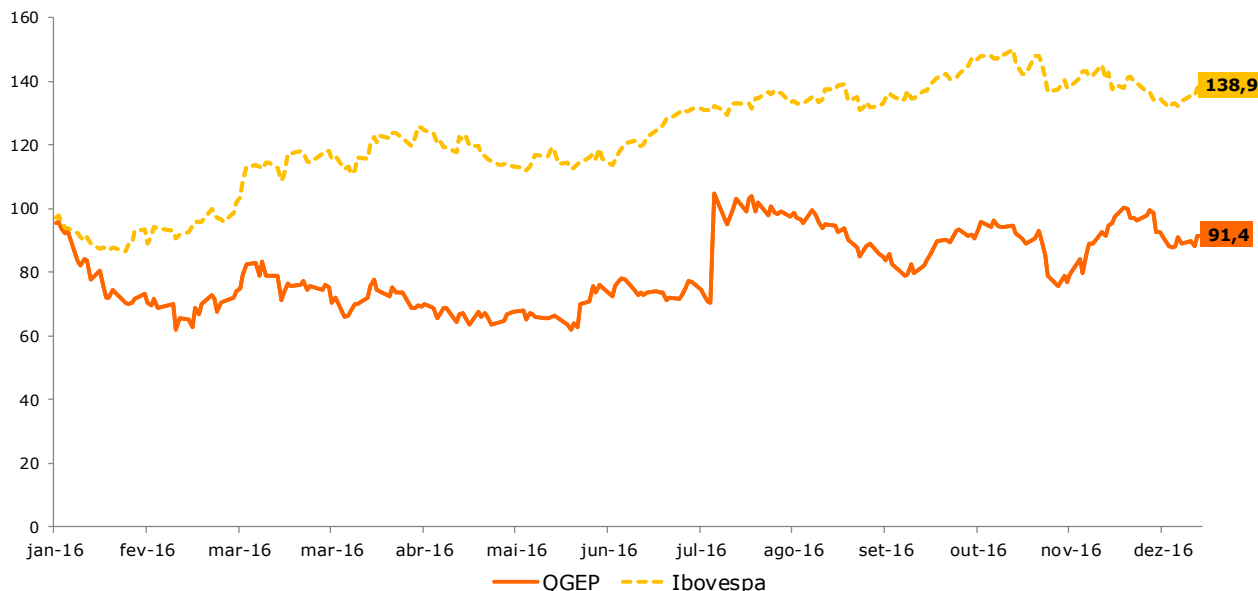
Vale lembrar que, somente a posição de caixa líquido da Companhia, de R\$977,9 milhões, equivale a R\$3,68 por ação. O investimento no setor de óleo e gás é de longo prazo, e acreditamos que o valor intrínseco do portfólio de ativos da QGEP não esteja refletido no preço de suas ações.

Durante o ano de 2016, a QGEP permaneceu na carteira teórica do IBRX-100, o Índice Brasil que mede o retorno de uma carteira teórica composta por 100 ações selecionadas entre as mais negociadas na BM&FBOVESPA, em termos de número de negócios e volume financeiro. A

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

participação nesse índice pode contribuir para o aumento da liquidez das ações da Companhia e ampliar a visibilidade do papel entre os analistas de mercado de capitais, tanto no Brasil quanto no exterior. A carteira do IBrX-100 é revista a cada 4 meses.

Retorno das cotações QGEP vs. Ibovespa (Base 100)



DIVIDENDOS

A QGEP possui uma política de pagamento de dividendos complementares ("Política de Dividendos"), superiores ao dividendo mínimo obrigatório estabelecido no Estatuto Social.

A proposta de distribuição de resultados a ser anualmente submetida pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral Ordinária contempla o pagamento de um dividendo no valor equivalente a R\$0,15 por ação. Esse valor inclui o valor do dividendo mínimo obrigatório.

- O pagamento do dividendo complementar fica condicionado à existência de lucros ou de reservas de lucros. Ademais, as propostas de destinação do lucro líquido da Companhia ficam sujeitas, em cada caso, à aprovação em Assembleia Geral Ordinária, e podem ser a qualquer tempo revistas, pelo próprio Conselho de Administração, com base nos planos e necessidades da Companhia, considerados à ocasião, tais como, entre outros, aquisições e investimentos relevantes, cláusulas restritivas em contratos junto a credores, e atendimento a exigências regulatórias.

Tendo em vista a Política de Dividendos acima referida, bem como os dispositivos constantes da Lei nº. 6.404/76, conforme alterada, da Regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários, e do Estatuto Social da Companhia, a Companhia adota as seguintes regras e práticas com relação à distribuição de dividendos:

- A proposta de destinação do lucro líquido do exercício segue a seguinte distribuição:
 - (i) 5% do lucro líquido do exercício serão aplicados para constituir a reserva legal até que esta reserva atinja 20% do capital social, podendo a sua constituição ser dispensada no exercício em que o saldo da mesma, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

(ii) após a constituição da reserva legal, o saldo remanescente do lucro líquido do exercício serão prioritariamente destinados ao pagamento de um dividendo complementar no valor equivalente a R\$0,15 por ação. Neste valor já está compreendido o dividendo obrigatório, de 0,001% do lucro líquido, conforme o Estatuto da Companhia. Caso em determinado exercício o lucro líquido ajustado não seja suficiente para o pagamento do dividendo complementar, a administração pode propor a reversão de parte ou da totalidade das reservas de lucro estatutárias de modo a viabilizar o pagamento do dividendo; e

(iii) após as destinações dos itens anteriores, a parcela remanescente, por proposta do Conselho de Administração, pode ser total ou parcialmente destinada à constituição de "Reserva de Investimentos". O limite máximo desta reserva é de até 100% do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar, as reservas para contingências e a reserva de incentivos fiscais, não pode ultrapassar 100% do valor do capital social.

O dividendo complementar pode, excepcionalmente, deixar de ser pago no exercício em que os órgãos da administração da Companhia informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.

A tabela abaixo mostra o histórico de pagamento de dividendos nos últimos três anos:

Histórico de Pagamento de Dividendos nos Últimos 3 Anos

Tipo de Pagamento	Ano Base	Data de Aprovação	Data de Pagamento	Montante Total (R\$)	Valor por Ação (R\$/Ação)
Dividendos	2015	12/04/2016	28/04/2016	38.677.840,95	0,150000
Dividendos	2014	17/04/2015	05/05/2015	38.677.840,95	0,150000
Dividendos	2013	16/04/2014	05/05/2014	40.000.000,00	0,150485

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A QGEP sempre acreditou que a governança fortalece a sua gestão. Já no momento de sua oferta pública inicial de ações, em 2011, aderiu ao Novo Mercado, segmento de listagem com o mais alto grau de exigência de Governança Corporativa da BM&FBovespa. Desde então, está sempre em busca da melhoria de seus controles e processos de conformidade. Para o ano de 2016, a Companhia tem como destaques a adoção de uma Política de Alçadas Estatutárias, bem como o aprimoramento de seu Programa de Compliance.

O objetivo da Política de Alçadas Estatutárias é organizar e fixar os limites de alçadas a serem observadas pela Companhia e suas empresas controladas diretas sobre alienação, oneração, transferência, venda, permuta e aquisição de bens, serviços e direitos. A Companhia entende que a iniciativa de adotar esta política traz maior organização, transparência e controle para os processos internos, agregando valor à sua administração.

Com relação ao Programa de Compliance, a Companhia contou com o apoio do Comitê de Ética, Governança e Sustentabilidade que, em conjunto com a Gerência de Compliance, avançou na identificação de temas relevantes ao longo do ano de 2016, como por exemplo, o risco atrelado

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

à contratação de terceiros sob a ótica anticorrupção. A partir do diagnóstico feito, a Companhia irá revisar e ampliar em 2017 o seu procedimento de contratação de terceiros buscando mitigar os riscos identificados. Também contamos com o Canal Confidencial da QGEP, uma ferramenta que permite o acolhimento de dúvidas e questionamentos por parte de todos os nossos públicos de relacionamento além do recebimento de denúncias. Nosso Canal é administrado por uma empresa independente que recebe denúncias de maneira confidencial e anônima.

Atualmente, o modelo de governança corporativa da Companhia é compreendido por Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal não permanente e Diretoria Executiva. Ligados ao Conselho de Administração, a Companhia conta com dois comitês não estatutários: (i) Ética, Governança e Sustentabilidade e (ii) Remuneração. A finalidade destes comitês é assessorar o Conselho de Administração por meio de orientações e recomendações sobre assuntos que precisem ser mais aprofundados e desenvolvidos de acordo com o entendimento do Conselho. Todos os requisitos e funções dos órgãos de governança estão estabelecidos no Estatuto Social da Companhia e nos respectivos Regimentos Internos, além da necessidade de observância da legislação em vigor.

RECURSOS HUMANOS

A maioria dos colaboradores da QGEP são executivos e técnicos qualificados e com vasta experiência local, regional e global no setor de óleo e gás. Os profissionais têm especialização nas áreas da geologia, geofísica, engenharia de reservatório, produção, perfuração, finanças, segurança, meio ambiente, entre outras. Vários membros da equipe ocuparam cargos sêniores na Petrobras e desempenharam papéis essenciais nas principais descobertas nas bacias brasileiras. Todas as operações da QGEP são conduzidas segundo os mais altos padrões de sustentabilidade, incluindo a segurança de todos os funcionários.

Ao final de 2016, a Companhia tinha um total de 128 funcionários, sendo 57 mulheres e 71 homens. Em 2015, a Companhia fechou o ano com 131 funcionários.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A QGEP prioriza a identificação e avaliação dos impactos e o gerenciamento dos potenciais riscos ambientais, sociais e de segurança associados às suas atividades, agindo para sua minimização e controle. A empresa, como pontuado em sua política do Sistema de Gestão Integrado, tem como compromisso trabalhar de forma transparente, responsável e segura em projetos que gerem benefícios para a sociedade, minimizando os impactos ambientais.

Em 2016, a companhia manteve foco na gestão de seus processos. Destacamos a manutenção das certificações nas normas ISO 14001 (Sistema de Gestão Ambiental) e OHSAS 18001 (Sistema de Gestão de Saúde e Segurança) para gestão das atividades de exploração e produção, corroborando nosso compromisso com a melhoria contínua. Visando a excelência operacional, destacamos também a realização de diversas auditorias, *gap analysis* para o atendimento aos novos regulamentos e o desenvolvimento de indicadores de segurança operacional, com foco no SPA do Campo de Atlanta. A empresa iniciou também um treinamento interno de gestão de segurança de processos para colaboradores de diversas áreas da empresa, demonstrando a importância do tema em nossa organização. Além da gestão preventiva, a continuidade da implantação do Plano de Gerenciamento de Crise e a realização de treinamentos de reciclagem, demonstram a importância do investimento na área de resposta a incidentes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Na área ambiental, destacamos o contínuo acompanhamento dos processos de licenciamento, a realização de um levantamento meteoceanográfico na margem equatorial, como também os investimentos na área de pesquisa e desenvolvimento. Também destacamos o projeto MAREM (Mapeamento Ambiental para Resposta à Emergência no Mar), do qual a companhia participou em conjunto com outras operadoras capitaneadas pelo IBP, e que em 2016 teve finalizada sua terceira etapa, de proteção à fauna. Mais informações sobre o projeto podem ser verificadas no site www.marem-br.com.br.

Em 2016, a QGP participou do CDP, conhecido como Carbon Disclosure Project, com os dados referentes ao ano de 2015. Desde 2012, a empresa responde a seus investidores, por meio do formulário do CDP, sobre seu processo de inventário de emissões. Também em 2016, a QGP realizou a verificação da terceira parte do seu inventário e recebeu o certificado de verificação conforme o Programa Brasileiro GHG Protocol e Norma NBR ISO 14064-3:2007, tendo optado também em promover uma cultura permanente de elaboração de inventários corporativos de gases de efeito estufa (GEE). As emissões da empresa estão divulgadas no registro público de emissões, atualmente o maior banco de dados de inventários corporativos da América Latina.

Reafirmamos também nosso compromisso com a transparência e a gestão responsável e, além da manutenção de um canal para comunicação direta com as partes interessadas, iniciamos a elaboração de nosso 6º Relatório Anual de Sustentabilidade, que deverá ser publicado ao longo do primeiro semestre de 2017.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Companhia com relação aos auditores independentes na prestação de serviços não relacionados à auditoria das demonstrações financeiras fundamenta-se em princípios que preservam a sua independência. Esses princípios baseiam-se no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais, advogar por seu cliente ou prestar quaisquer serviços que possam ser considerados restritos segundo as normas vigentes.

Em 02 de fevereiro de 2016, a QGP informou ao mercado que seu Conselho de Administração aprovou a KPMG Auditores Independentes ("KPMG") como sua provedora de serviços de auditoria independente, começando com os resultados do primeiro trimestre de 2016. A KPMG substituiu Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. Esta mudança está em conformidade com a Instrução CVM nº 308/99, que obriga a rotação dos auditores independentes a cada cinco anos.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria Executiva declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes, emitido em 15 de março de 2016, e com as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

A Administração

Notas Explicativas

QGEP

Participações S.A.

*Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2016 e
2015*

QGEF PARTICIPAÇÕES S.A. Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015

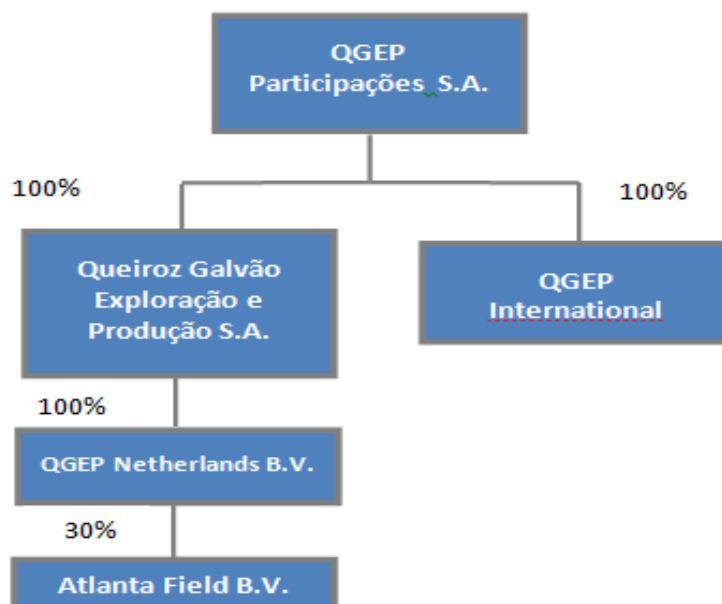
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Estrutura societária

A QGEF Participações S.A. com sede na Avenida Almirante Barroso 52, sala 1301 (parte), Rio de Janeiro (“Companhia” ou “QGEPP”) tem como objeto social a participação em sociedades que se dediquem substancialmente à exploração, produção e comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados, seja como sócio ou acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Companhia apresentava a seguinte estrutura societária:



A controlada direta Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEPP”) tem como principal objeto social a exploração de áreas na busca de novas reservas de óleo e gás, produção, comércio e industrialização de petróleo, gás natural e produtos derivados, operação na navegação de apoio marítimo e participação em sociedades que se dediquem substancialmente a atividades afins, seja como sócio ou acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica.

A QGEP Netherlands B.V. (“QGEP B.V.”) com sede na cidade de Roterdã, na Holanda, controlada integral da QGEF, tem como objeto social constituir, gerenciar e supervisionar empresas; realizar todos os tipos de atividades industriais e comerciais; bem como todas e quaisquer coisas que estejam relacionadas às atividades descritas.

QGEF PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

A Atlanta Field B.V. (“AFBV”) com sede na cidade de Roterdã, Holanda, é controlada indireta da QGEF e direta da QGEF B.V., a qual detém 30% de participação societária. A AFBV tem como principal objeto social a aquisição, orçamento, construção, compra, venda, locação, arrendamento ou afretamento de materiais e equipamentos a serem utilizados para a exploração e aproveitamento da área de concessão e, ainda, adquirir, administrar e operar equipamentos, incluindo aqueles registrados para apoiar as atividades declaradas do Grupo. A AFBV possui ainda a OGX Netherlands Holding B.V. e a FR Barra 1S.àr.l., como acionistas com 40% e 30%, respectivamente, de participação. A AFBV foi criada visando a parceria dos mencionados acionistas com a QGEF na concessão do Bloco BS-4.

A QGEF International GmbH (“QGEF International”), com sede na cidade de Viena, Áustria, subsidiária integral da QGEPP, tem como objeto social aquisição e participação em empresas na Áustria e exterior, constituição e gestão de empresas subsidiárias na Áustria e exterior e gestão de seus ativos.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão definidas a seguir:

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras da QGEPP estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

QGE PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo encontra-se descrito nos tópicos abaixo:

2.3. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, bem como das informações contábeis referentes aos fundos exclusivos descritos na nota explicativa 4. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Os resultados das controladas adquiridas, alienadas ou incorporadas durante o exercício estão incluídos nas informações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição, alienação e incorporação, quando aplicável.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as demonstrações financeiras das controladas diretas e indiretas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas, exceto o investimento em sua joint venture.

Participações da Companhia em controladas

As demonstrações financeiras da Companhia, em 31 de dezembro de 2016, compreendem as informações financeiras de suas controladas diretas e indiretas, utilizando a mesma data base:

	<u>País de operação</u>	<u>Controle</u>	<u>Porcentagem de participação - %</u>	
			<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
QGE	Brasil	Direto	100%	100%
QGE International	Áustria	Direto	100%	100%
QGE B.V.	Holanda	Indireto	100%	100%

2.4. Participações em negócios em conjunto (“joint venture”)

Uma “joint venture” é um acordo contratual por meio do qual uma Companhia exerce uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da “joint venture” requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Os acordos de “joint venture” que envolvem a constituição de uma entidade separada na qual cada empreendedor detenha uma participação são chamados de entidades controladas em conjunto.

QGEF PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

A controlada indireta QGEP B.V. apresenta participação em entidade controlada em conjunto nas suas demonstrações financeiras usando o método de equivalência patrimonial.

Participações da Companhia em negócios em conjunto

	País de operação	Controle	Tipo de negócio	Porcentagem de participação - %	
				31/12/2016	31/12/2015
	AFBV	Holanda	Indireto Negócios em conjunto (<i>Joint venture</i>)	30%	30%

2.5. Informações do segmento operacional

A Administração efetuou a análise e concluiu que a QGEPP opera em um único segmento: exploração e produção (E&P) de óleo e gás. Adicionalmente, a receita líquida de vendas é substancialmente derivada de transações com o cliente Petrobras no Brasil.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

2.7. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, respectivamente, e contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, quando aplicável, reconhecidos em base *pro rata temporis* até a data do balanço.

2.8. Gastos exploratórios, de desenvolvimento e de produção de petróleo e gás

Para os gastos com exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás, o Grupo, para fins das práticas contábeis adotadas no Brasil, utiliza critérios contábeis alinhados com as normas internacionais IFRS 6 - “*Exploration for and evaluation of mineral resources*”.

Os gastos relevantes com manutenções das unidades de produção, que incluem peças de reposição, serviços de montagem, entre outros, são registrados no imobilizado, se os critérios de reconhecimento do IAS 16 (CPC 27) forem atendidos. Essas manutenções ocorrem, em média, a cada cinco anos e seus gastos são depreciados até o início da parada seguinte e registrados como custo de produção.

OGEP PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

O IFRS 6 permite que a Administração defina sua política contábil para reconhecimento de ativos exploratórios na exploração de reservas minerais. A Administração definiu sua política contábil para exploração e avaliação de reservas minerais considerando critérios que no seu melhor julgamento representam os aspectos do seu ambiente de negócios e que refletem de maneira mais adequada as suas posições patrimonial e financeira. Os principais critérios contábeis adotados são:

- Direitos de concessão exploratória e bônus de assinatura são registrados como ativo intangível;
- Os gastos com perfuração de poços onde as avaliações de viabilidade não foram concluídas permanecem capitalizados no imobilizado até a sua conclusão. Gastos de perfuração de poços exploratórios bem-sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, são capitalizados, enquanto os determinados como não viáveis (“dryhole”) são registrados diretamente na demonstração de resultado na conta de gastos exploratórios para a extração de petróleo e gás.
- Outros gastos exploratórios que não relacionados ao bônus de assinatura são registrados na demonstração do resultado em gastos exploratórios para a extração de petróleo e gás (custos relacionados com aquisição, processamento e interpretação de dados sísmicos, planejamento da campanha de perfuração, estudos de licenciamento, gastos com ocupação e retenção de área, impacto ambiental, outros).

Os ativos imobilizados representados pelos ativos de exploração, desenvolvimento e produção são registrados pelo valor de custo e amortizados pelo método de unidades produzidas que consiste na relação proporcional entre o volume anual produzido e a reserva total provada do campo produtor. As reservas provadas desenvolvidas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo externos de acordo com padrões internacionais e revisados anualmente ou quando há indicação de alteração significativa. Atualmente, apenas os gastos relacionados com o campo de Manati vêm sendo amortizados, por ser o único campo em fase de produção.

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição, incluindo juros e demais encargos financeiros de empréstimos e financiamentos usados na formação de ativos qualificáveis deduzidos da depreciação e amortização acumuladas.

O ganho e a perda oriundos da baixa ou alienação de um ativo imobilizado são determinados pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo, e é reconhecido no resultado do exercício.

O Grupo apresenta substancialmente, em seu ativo intangível, os gastos com aquisição de concessões exploratórias e os bônus de assinatura correspondentes às ofertas para obtenção de concessão para exploração de petróleo ou gás natural. Os mesmos são registrados pelo custo de aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de recuperação e serão amortizados pelo método de unidade produzida em relação às reservas provadas desenvolvidas quando entrarem na fase de produção.

OGEP PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

A Administração efetua anualmente avaliação qualitativa de seus ativos exploratórios de óleo e gás com o objetivo de identificar fatos e circunstâncias que indiquem a necessidade de *impairment*, apresentados a seguir:

- Exercício de concessão para exploração expirado ou a expirar em futuro próximo, não existindo expectativa de renovação da concessão;
- Gastos representativos para exploração e avaliação de recursos minerais em determinada área/bloco não orçados ou planejados pela Companhia ou parceiros;
- Esforços exploratórios e de avaliação de recursos minerais que não tenham gerado descobertas comercialmente viáveis e os quais a Administração tenha decidido por descontinuar em determinadas áreas/blocos específicos;
- Informações suficientes existentes e que indiquem que os custos capitalizados provavelmente não serão realizáveis mesmo com a continuidade de gastos exploratórios em determinada área/bloco que reflitam desenvolvimento futuro com sucesso, ou mesmo com sua alienação.

Conforme descrito na nota explicativa 1, o bloco exploratório BM-J-2 foi devolvido pela Companhia.

Para os ativos em desenvolvimento e produção, a Companhia avalia a necessidade de *impairment* dos mesmos através do valor em uso empregando o método dos fluxos de caixa estimados descontados a valor presente utilizando taxa de desconto antes dos impostos pela vida útil estimada de cada ativo e compara o valor presente dos mesmos com o seu valor contábil na data da avaliação. Premissas futuras, obtidas de fontes independentes sobre reserva de hidrocarbonetos, câmbio na moeda norte-americana, taxa de desconto, preço do barril e custos são considerados no modelo de teste de *impairment*.

A obrigação futura com desmantelamento de área de produção é registrada no momento da perfuração do poço após a declaração de comercialidade de cada campo e tão logo exista uma obrigação legal ou construtiva de desmantelamento da área e também quando exista possibilidade de mensurar os gastos com razoável segurança, como parte dos custos dos ativos relacionados (ativo imobilizado) em contrapartida à provisão para abandono, registrada no passivo, que sustenta tais gastos futuros (nota explicativa 16). A provisão para abandono é revisada anualmente pela Administração, ajustando-se os valores ativos e passivos já contabilizados, quando aplicável. Revisões na base de cálculo das estimativas dos gastos são reconhecidas como custo do imobilizado e os efeitos da passagem do tempo (denominado como reversão do desconto) no modelo de apuração da obrigação futura são alocadas diretamente no resultado do exercício (resultado financeiro líquido).

2.9. Avaliação do valor recuperável dos ativos

De acordo com o CPC 01 (“Redução do Valor Recuperável dos Ativos”) e os critérios definidos na nota explicativa 2.8, os bens do imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

OGEP PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

Quando houver perdas decorrentes das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

2.10. Gastos associados às *joint operations* de exploração e produção

Como operadora das concessões para exploração e produção de petróleo e gás, uma das obrigações da Companhia é representar a *joint operation* perante terceiros. Nesse sentido, a operadora é responsável por contratar e pagar os fornecedores dessas *joint operations* e, por isso, as faturas recebidas pela operadora contemplam o valor total dos materiais e serviços adquiridos para a operação total da concessão. Os impactos no resultado individual da operadora, entretanto, refletem apenas as suas participações nas concessões já que as parcelas associadas aos demais parceiros são cobradas dos mesmos mensalmente. A operadora estima os desembolsos previstos para o mês subsequente, com base nos gastos já incorridos ou a incorrer na operação, faturados ou não pelos fornecedores. Estes gastos são cobrados aos parceiros através de *cash calls* e a prestação de contas é feita mensalmente através do relatório *billing statement*.

2.11. Estoques

Representados por ativos adquiridos de terceiros, principalmente na forma de materiais e suprimentos a serem utilizados na campanha de perfuração exploratória e de desenvolvimento. Uma vez utilizados e, dependendo da fase da campanha (exploratória ou desenvolvimento), esses materiais são reclassificados de estoques para imobilizado ou ao resultado. Os estoques de materiais são registrados ao custo de aquisição e ajustados, quando aplicável, ao valor de sua realização (nota explicativa 7). A previsão de sua utilização conforme plano futuro de exploração e desenvolvimento corroboram a classificação como ativo circulante e não circulante.

2.12. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, quando aplicáveis, inicialmente pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros incorridos *pro rata temporis* e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data das demonstrações financeiras consolidadas.

2.13. Provisão para processos judiciais

A provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos com expectativa de “perda provável”, com base na opinião dos Administradores e assessores legais externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos. Riscos com expectativa de “perda possível” são divulgados pela Administração, mas não registrados (nota explicativa 15).

QGE PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

2.14. Obrigações legais

Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica “outros ativos circulantes, subgrupo obrigações legais”, no ativo não circulante, líquido dos depósitos judiciais correspondentes.

2.15. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas são reconhecidas quando da transferência da propriedade e dos seus riscos inerentes a terceiros.

2.16. Imposto de renda e contribuição social

Esses impostos são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras. Os impostos diferidos são reconhecidos em função das diferenças intertemporais, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicáveis, apenas quando e até o montante que possa ser considerado como de realização provável pela Administração (de acordo com modelo de negócios aprovados pela Administração e pelos conselhos de governança da Companhia).

2.17. Incentivos fiscais**2.17.1. Federais**

Por possuir o Campo de Manati, que está localizado na área de abrangência da Sudene, a QGEP detém o direito de redução de 75% do imposto de renda e adicional, calculados com base no Lucro da Exploração durante 10 (dez) anos, usufruindo deste benefício a partir do exercício de 31 de dezembro de 2008. Destaca-se que, o referido benefício foi prorrogado devido à modernização e expansão do campo de Manati, cuja finalização ocorrerá em 31 de dezembro de 2025. Na investida operacional QGEP, o valor correspondente ao incentivo foi contabilizado no resultado e posteriormente transferido para a reserva de lucros - incentivos fiscais, no patrimônio líquido.

Este benefício está enquadrado como subvenção de investimento, atendendo às normas prevista no Artigo 30 da Lei 12.973/2014.

2.17.2. Estaduais

De acordo com o Decreto 13.844/12, do Governo da Bahia, a QGEP usufrui de um crédito presumido de 20% do imposto estadual incidente - ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) nas saídas de gás natural devido ao investimento em unidade de compressão com o objetivo de viabilizar a manutenção da produção. Este benefício irá perdurar até 2022.

QGEF PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

Na investida operacional QGEF, esta subvenção para investimento do ICMS é registrada na rubrica “impostos incidentes sobre as vendas” e posteriormente, quando do encerramento do exercício, é destinada à rubrica de “Reservas de lucros - incentivos fiscais” no patrimônio líquido, atendendo às normas previstas no Artigo 30 da Lei 12.973/2014.

2.18. Acordos de pagamentos baseados em ações

O plano de remuneração baseado em ações para empregados, a serem liquidados com instrumentos patrimoniais, são mensurados pelo valor justo na data da outorga, conforme descrito na nota explicativa nº 24 (iii).

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método acelerado como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio líquido (“plano de opção de ações”). No final de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão eventualmente adquiridos.

O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta “Plano de Opções de Ações”.

2.19. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios do Grupo. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

2.20. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

OGEP PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)**2.21. Ativos financeiros**

Os ativos financeiros do Grupo estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, e (iii) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido, por meio de norma ou prática de mercado.

2.21.1. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Incluem os ativos financeiros mantidos para negociação (ou seja, adquiridos principalmente para serem vendidos no curto prazo), ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. O Grupo possui equivalentes de caixa (CDB/CDI (pós-fixado) e debêntures compromissadas) e aplicações financeiras classificadas nesta categoria.

2.21.2. Investimentos mantidos até o vencimento

Incluem os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a obrigação contratual, intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. O Grupo possui caixa restrito e aplicação financeira não circulante classificado nesta categoria.

2.21.3. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva. O Grupo possui caixa e depósitos bancários (na rubrica de equivalentes de caixa) e contas a receber classificados nesta categoria.

OGEP PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

2.21.4. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em exercícios subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido por provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

2.22. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”. O Grupo não possui passivos financeiros a valor justo.

2.22.1. Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado.

QGEPP PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo exercício. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um exercício menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. O Grupo possui empréstimos e financiamentos classificados nesta categoria.

2.23. Moeda funcional

A moeda funcional da QGEPP assim como de sua controlada brasileira QGEP, em operação, utilizada na preparação das demonstrações financeiras, é a moeda corrente do Brasil - Real (R\$), sendo a que melhor reflete o ambiente econômico no qual o Grupo está inserido e a forma como é gerido. A controlada indireta sediada na Holanda, a controlada direta sediada na Áustria e a controlada em conjunto, também sediada na Holanda, utilizam o dólar norte-americano (US\$) como moeda funcional. As demonstrações financeiras das controladas e controlada em conjunto são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da QGEPP.

Essa definição da moeda funcional foi baseada na análise dos seguintes indicadores, conforme descrito no pronunciamento técnico CPC 02 (R2):

- Moeda que mais influencia os preços de bens e serviços;
- Moeda na qual são obtidos ou investidos, substancialmente, os recursos das atividades financeiras;
- Moeda na qual são normalmente acumulados os valores recebidos de atividades operacionais (venda dos derivados de petróleo e arrendamento de equipamentos).

2.23.1. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da controladora. Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, na demonstração do resultado abrangente, na linha de outros resultados abrangentes - ajustes acumulados de conversão.

OGEP PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

2.24. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.25. Demonstração do fluxo de caixa (DFC)

Esta demonstração é preparada de acordo com o CPC03 (R2) / IAS7 através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.26. Resultado líquido por ação

O resultado por ação básico / diluído é computado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluindo as ações mantidas em tesouraria no exercício.

OGEP PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

2.27. Novas normas, alterações e interpretações

O Grupo não adotou antecipadamente os seguintes novos pronunciamentos:

<u>Pronunciamento ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Aplicação para os exercícios sociais a serem iniciados em ou após</u>
IFRS 9	Instrumentos Financeiros - Mensuração e Classificação	1º de janeiro de 2018
IFRS 15	Receita de contrato com clientes	1º de janeiro de 2018
IFRS 16	Arrendamento mercantil	1º de janeiro de 2019

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes a esses IFRS, mas existe a expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção dos pronunciamentos IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da CVM. A Companhia está avaliando os potenciais efeitos desses pronunciamentos.

2.28. Efeitos da aplicação do CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro.

No último trimestre de 2016 a Administração da Companhia verificou que o montante de estoques operados serão utilizados para perfuração ao longo dos próximos exercícios. Assim sendo, foi reclassificado para o imobilizado o saldo de R\$57.100 e R\$54.722 em 31 de dezembro de 2015 e 2016, respectivamente, referente a tal rubrica.

Demonstramos abaixo os efeitos no balanço patrimonial e demonstração do resultado das reclassificações efetuadas pela Administração nos saldos de 31 de dezembro de 2015 com base no previsto pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de erro.

A Administração, após análise do material a ser utilizado na perfuração dos blocos da Companhia, entendeu ser aplicável a reclassificação para melhor apresentação da rubrica de estoques para imobilizado.

a) Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015

	Consolidado		
	<u>31/12/2015</u>	<u>Ajustes</u>	<u>31/12/2015</u>
	<u>Originalmente</u>		<u>Reapresentado</u>
	<u>apresentado</u>		
ATIVO			
<u>Circulante</u>			
Ativos circulantes	1.337.343	=	1.337.343
Total do ativo circulante	1.337.343	=	1.337.343
<u>Não circulante</u>			
Estoque	57.100	(57.100)	-
Imobilizado	885.457	57.100	942.557
Outros ativos não circulantes	1.150.362	=	1.150.362
Total do ativo não circulante	2.092.919	=	2.092.920
Total do ativo	3.430.262	=	3.430.263

OGEP PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)**b) Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2015:**

	Consolidado		
	<u>31/12/2015</u> Originalmente apresentado	<u>Ajustes</u>	<u>31/12/2015</u> Reapresentado
Lucro líquido do exercício	93.613	-	93.613
Ajustes para reconciliar o resultado líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>461.127</u>		<u>461.127</u>
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Outros ativos	<u>(54.668)</u>	<u>5.687</u>	<u>(48.981)</u>
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Passivos operacionais	<u>(68.600)</u>	<u>-</u>	<u>(68.600)</u>
Caixa líquido gerado pelas operações	<u>431.472</u>	<u>5.687</u>	<u>437.159</u>
Imobilizado	<u>(134.669)</u>	<u>(5.687)</u>	<u>(140.356)</u>
Outros – atividades de investimento	<u>(350.440)</u>	<u>-</u>	<u>(350.440)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(485.109)</u>	<u>(5.687)</u>	<u>(490.796)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	79.159	-	79.159
Variação cambial sobre caixas e equivalentes	37.959	-	37.959
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	63.481	-	63.481
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	117.191	-	117.191
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	180.672	-	180.672
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	63.481	-	63.481

As reclassificações acima apresentadas não têm impacto nos demais quadros de demonstrações financeiras consolidadas. Os quadros das demonstrações financeiras individuais não foram impactados tendo em vista que tais reclassificações se referem à controlada QGEP.

OGEP PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes.

As principais estimativas utilizadas referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas, depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, premissas para determinação da provisão para abandono de poços e desmantelamento de áreas, expectativa de realização dos créditos tributários e demais ativos, provisão para o imposto de renda e contribuição social e a avaliação e determinação do valor justo de instrumentos financeiros.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente e os seus efeitos contábeis às novas estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

3.1. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

3.1.1. Investimentos mantidos até o vencimento

A Administração revisou os ativos financeiros do Grupo em conformidade com a manutenção do capital e as exigências de liquidez e confirmou a intenção e a capacidade do Grupo manter esses ativos até o seu vencimento. O valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é de R\$157.764 e R\$86.787, respectivamente (caixa restrito). Os detalhes a respeito desses ativos estão descritos na nota explicativa nº 9.

3.2. Principais fontes de incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas utilizadas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos exercícios:

3.2.1. Avaliação de instrumentos financeiros

O Grupo utiliza técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, incluindo valor justo de opção de compra de ações. As notas explicativas 23 e 24 oferecem informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

OGEP PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros e sua sensibilidade.

3.2.2. Vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível

Conforme descrito na nota explicativa 2.9, a Administração revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado e intangível anualmente, ao encerramento de cada exercício. Durante o exercício, a Administração concluiu que as vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível eram adequadas, não sendo requeridos ajustes.

3.2.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social, bem como diferenças temporais, são reconhecidos apenas na medida em que o Grupo espera gerar lucro tributável futuro suficiente para sua realização com base em projeções e previsões elaboradas pela sua Administração e aprovadas pelos órgãos de governança. Estas projeções e previsões futuras preparadas anualmente incluem várias premissas relacionadas às taxas de câmbio na moeda norte-americana, taxas de inflação, volume de produção dos ativos de hidrocarbonetos, preço do barril de petróleo, gastos exploratórios e compromissos, disponibilidade de licenças, e outros fatores que podem diferir das estimativas atuais.

De acordo com a atual legislação fiscal brasileira, não há prazo para a utilização de prejuízos fiscais. No entanto, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente em até 30% do lucro tributável anual.

3.2.4. Provisão para processos judiciais

O registro da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas de um determinado passivo na data das demonstrações financeiras é feito quando o valor da perda pode ser razoavelmente estimado (nota explicativa 15). Por sua natureza, as contingências serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da nossa atuação, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data precisa em que tais eventos serão verificados.

Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, e outras jurisdições, envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração e de seus assessores legais quanto aos resultados das decisões legais.

OGEP PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)**3.2.5. Estimativas das reservas provadas e de reservas prováveis (amortização de ativo imobilizado e intangível, provisão para abandono e análises de *impairment*)**

As estimativas de reservas provadas e de reservas prováveis são anualmente avaliadas e atualizadas. As reservas provadas e as reservas prováveis são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que o Grupo assuma posições sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços de petróleo, taxas de câmbio, taxas de inflação, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas posições assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas provadas e reservas prováveis estimadas.

A estimativa do volume das reservas é base de apuração da parcela de amortização e sua estimativa de vida útil é fator preponderante para a quantificação da provisão de abandono e desmantelamento de áreas quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado. Qualquer alteração nas estimativas do volume de reservas e da vida útil dos ativos a elas vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de amortização, reconhecidos nas demonstrações financeiras como custo dos produtos vendidos. Alterações na vida útil estimada poderão causar impacto significativo nas estimativas da provisão de abandono (nota explicativa 2.9), de sua recuperação quando da sua baixa contábil dos ativos imobilizados e intangíveis e das análises de *impairment* nos ativos de exploração e produção.

A metodologia de cálculo dessa provisão de abandono consiste em estimar, na data base de apresentação, quanto o Grupo desembolsaria com gastos inerentes a desmantelamento das áreas em desenvolvimento e produção naquele momento.

Esta provisão para abandono é revisada anualmente pela Administração, ajustando-se os valores ativos e passivos já contabilizados prospectivamente. Revisões das estimativas na provisão de abandono são reconhecidas prospectivamente como custo do imobilizado, sendo os efeitos da passagem do tempo (denominado como reversão do desconto), considerados no modelo de apuração da obrigação futura, alocadas diretamente no resultado (nota explicativa 16).

Os gastos de exploração (gastos com perfurações bem sucedidas ou em avaliação) e bônus de assinatura são capitalizados e mantidos de acordo com a prática contábil descrita na nota explicativa 2.8. A capitalização inicial de gastos e sua manutenção são baseadas no julgamento qualitativo da Administração de que a sua viabilidade será confirmada pelas atividades exploratórias em curso e planejada pelo comitê de operações do consórcio.

3.2.6. Provisão para participação nos lucros

A participação nos resultados paga aos colaboradores é baseada na realização de métricas de desempenho, indicadores financeiros e de qualidade, bem como os objetivos individuais dos colaboradores, determinados anualmente. Esta provisão é constituída mensalmente, sendo recalculada ao final do exercício com base na melhor estimativa das metas atingidas, conforme estabelecido no processo orçamentário anual da Companhia, e as diretrizes da Lei nº 10.101/2001, que regulamenta a Participação nos Lucros dos empregados nas empresas.

OGEP PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS**a) Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e depósitos bancários	<u>90</u>	<u>100</u>
Total	<u>90</u>	<u>100</u>
	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e depósitos bancários	17.738	76.095
CDBs e debêntures	-	<u>104.577</u>
Total	<u>17.738</u>	<u>180.672</u>

Em 31 de dezembro de 2015 o caixa e equivalentes de caixa encontravam-se concentrados em certificados de depósitos bancários pós-fixados (CDB) e debêntures compromissadas, com liquidez imediata, estando sua rentabilidade atrelada à remuneração dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), sem risco de variação significativa do principal e rendimentos quando do resgate, ocorrido durante o ano de 2016. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía somente caixa e depósitos bancários a prazo para fazer frente a pagamentos já programados.

b) Aplicações financeiras (circulante e não circulante)

	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
Operações Compromissadas (i)	<u>2.585</u>	<u>3.037</u>
Total	<u>2.585</u>	<u>3.037</u>
Circulante	<u>2.585</u>	<u>3.037</u>
	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Operações Compromissadas e CDBs (i)	222.699	160.797
Fundo cambial exclusivo (ii)	346.355	420.680
Fundo de investimento exclusivo multimercado (iii):	<u>750.808</u>	<u>517.797</u>
Operações Compromissadas (debêntures)	41.595	59.763
CDB (pós-fixado CDI)	-	57.138
Títulos públicos (LFT/NTN)	432.472	203.698
Letras Financeiras (iv)	<u>276.741</u>	<u>197.198</u>
Total	<u>1.319.862</u>	<u>1.099.274</u>
Circulante	<u>1.159.778</u>	<u>941.514</u>
Não circulante (i)	<u>160.084</u>	<u>157.760</u>

QGE PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

- i. No consolidado, o valor classificado como ativo não circulante e refere-se à aplicação financeira em operações compromissadas e CDBs, colateral de fiança com vencimentos em 2019 e 2021 (nota explicativa 14).
 - ii. Companhia possui fundo cambial exclusivo com o objetivo de atender à política de proteção da empresa com gastos exploratórios e de produção em moeda estrangeira.
 - iii. A controlada QGEP possui fundo de investimento exclusivo multimercado, sem perspectiva de utilização dos recursos em um prazo de 90 dias da data de sua aplicação, que investe em cotas de dois fundos exclusivos de renda fixa lastreados em títulos públicos indexados à variação da taxa Selic e títulos privados indexados à variação da taxa do CDI.
 - iv. Letras Financeiras dos Bancos Alfa, Banco do Brasil, Bradesco, BTG Pactual, CEF, Citibank, HSBC, Itaú e Santander.
- c) Rentabilidade

A rentabilidade dos equivalentes de caixa e aplicações financeiras foi equivalente à média de 101,93% da variação da taxa CDI acumulada do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (101,90% em 31 de dezembro de 2015).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a variação do fundo cambial foi de -16,21% (PTAX -16,54% como benchmark do fundo) e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de 51,25% (PTAX 47,01% como benchmark do fundo).

5. CONTAS A RECEBER

A QGEP tem contrato de longo prazo iniciado em 2007 com vencimento em junho de 2030 para fornecimento de um volume mínimo anual de gás à Petrobras, por um preço em reais que é ajustado anualmente com base em índice contratual corrigido pela inflação brasileira.

Em 16 de julho de 2015, foi assinado o aditivo ao contrato de venda de gás do Campo de Manati entre a controlada QGEP e a Petrobras. O contrato original para a venda de gás previa a compra do volume de 23 bilhões de m³ de gás, com cláusula de *take or pay*. O aditivo eleva o volume total contratado para toda a reserva do Campo, mantendo-se os demais termos e condições do contrato original.

Conforme contrato, a Petrobras se compromete em adquirir uma quantidade mínima de Gás mensal e anual. Em 31 de dezembro de 2016 verificamos que a Petrobras não adquiriu todo o volume contratado no *take or pay* anual. Dessa forma a QGEP tem o valor de R\$19.854 a receber.

OGEP PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

6. CRÉDITOS COM PARCEIROS

Refletem gastos incorridos nas atividades de E&P que são cobrados (“cash calls”) ou a serem cobrados aos parceiros não operadores nos respectivos consórcios, ou alocados pelos parceiros operadores a Companhia nos blocos não operados pela QGEP.

Do montante de R\$64.021 e R\$23.940 registrados em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, R\$45.609 e R\$12.194, respectivamente, referem-se à parcela da consorciada OGX Petróleo e Gás S.A. - Recuperação Judicial (denominada “OGX”), e o restante de outros consorciados (R\$18.412 e R\$11.746, respectivamente). Do montante de R\$45.609 referente à OGX, R\$35.416 encontra-se vencido em 31 de dezembro de 2016, dos quais R\$17.708 foi suportado pela QGEP.

Em 27 de dezembro de 2016, foi emitido um “cash call” para o parceiro OGX no valor de R\$7.931, com vencimento em 11 de janeiro de 2017. Até a data da aprovação destas demonstrações financeiras, não foi identificado o recebimento deste valor.

7. ESTOQUES

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo refere-se basicamente a materiais e insumos necessários à execução de serviços no Bloco BM-S-8 e Campo de Manati .

	Consolidado		
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u> (Reapresentado)	<u>01/01/2015</u> (Reapresentado)
Materiais e insumos	<u>1.542</u>	<u>3.064</u>	<u>3.998</u>
Total	<u>1.542</u>	<u>3.064</u>	<u>3.998</u>
Circulante	<u>1.542</u>	<u>3.064</u>	<u>3.998</u>

No último trimestre de 2016 a Administração da Companhia verificou que o montante de estoques operados serão utilizados para perfuração ao longo dos próximos exercícios. Assim sendo, foi reclassificado para o imobilizado o saldo de R\$54.722 referente a tal rubrica.”

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Companhia realizou venda de material no montante de R\$387 referente ao bloco BM-J-2, o qual foi devolvido em 2015 à ANP.

QGEF PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

8. PARTES RELACIONADAS**(i) Transações com parte relacionadas**

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, descritas na nota explicativa 11, que são suas partes relacionadas, foram eliminados na consolidação e não estão apresentados nesta nota. Os saldos das transações entre a Companhia e outras partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
<u>Ativo - circulante</u>		
AFBV (a)	693	6.723
Contas a receber - QGEP B.V. (d)	<u>14.805</u>	<u>18</u>
Total	<u>15.498</u>	<u>6.741</u>
<u>Ativo - não circulante</u>		
Contas a receber - AFBV (a)	=	<u>234</u>
Total	=	<u>234</u>

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
<u>Passivo - circulante</u>		
Contas a pagar - QGOG (b)	11	9
Contas a pagar - AFBV (c)	<u>3.926</u>	<u>411</u>
Total	<u>3.937</u>	<u>420</u>

	Consolidado	
	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015
Receita de serviços (a)	9.561	8.183
Variação cambial sobre receita de serviços	935	(371)
Despesas gerais e administrativas (b)	<u>(102)</u>	<u>(90)</u>
Total	<u>10.394</u>	<u>7.722</u>

- (a) Referem-se a serviços de consultoria técnica prestados pela QGEP para AFBV para aquisição pela controlada no exterior de equipamentos *subsea* e ao contrato de cost sharing entre as empresas AFBV e QGEP BV. Estes valores são pagos em dólar norte-americano. Em caso de atraso do pagamento, multa de 2% e juros de 1% ao mês, *pro rata dia*, são cobráveis.

QGEF PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

- (b) O montante decorre do rateio de despesas pelo compartilhamento de recursos humanos especializados da Queiroz Galvão Óleo e Gás (QGOG) para contratação de seguros. As despesas incorridas foram cobradas através de critérios de rateios considerando os esforços demandados para cada atividade corporativa, com prazo de liquidação de 35 dias. No caso de atraso incorrerão juros de 1% ao mês.
- (c) Referem-se ao contrato de arrendamento de equipamentos subaquáticos celebrados entre a QGEP e a AFBV categorizados como arrendamento operacional. Estes valores são pagos trimestralmente, em dólares norte-americanos.
- (d) Valor a receber da OGX Netherlands B.V referente aos *fundings requests* para aporte na AFBV, vencidos em 04 de julho de 2016, 29 de agosto de 2016, 27 de setembro de 2016 e 14 de dezembro de 2016, e que foram carregados igualmente pela QGEP Netherlands B.V e pela FR Barra 1 S.à r.l.

Em 21 de dezembro de 2016, foi emitido um “cash call” para o parceiro OGX no valor de USD4.730, com vencimento em 5 de janeiro de 2017. Até a data da aprovação destas demonstrações financeiras, não foi identificado o recebimento deste valor.

(ii) Garantias e fianças com partes relacionadas

A Companhia outorgou garantia de performance, em favor da ANP, quanto a todas as obrigações contratuais assumidas pela QGEP nos Contratos de Concessões firmados no âmbito da 11ª Rodada de Licitação.

A Companhia possui outorga de fiança para garantir o financiamento contratado junto ao BNB (Banco do Nordeste do Brasil), conforme mencionado na nota explicativa 14.

A QGEPP garante através de aval corporativo os empréstimos contratados pela QGEP da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) e do BNB, conforme mencionado na nota explicativa 14.

A Companhia é garantidora da AFBV junto à Teekay no contrato de afretamento do FPSO Petrojarl 1, conforme mencionado na nota explicativa 21 c.

OGEP PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

(iii) Remuneração dos Administradores

Inclui a remuneração fixa (salários e honorários, férias, 13º salário e previdência privada e demais benefícios previstos no acordo coletivo), os respectivos encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS, dentre outros), a remuneração variável e plano de opção de ações do pessoal-chave da Administração conforme apresentada no quadro abaixo:

	Controladora	
	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015
Benefícios de curto prazo	3.751	3.573
	Consolidado	
	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015
Benefícios de curto prazo	9.240	12.510
Plano de opção de ações	1.809	2.931

Não são oferecidos pela Companhia benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e/ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho, exceto pelo plano de benefícios de aposentadoria descrito na nota explicativa 27.

9. CAIXA RESTRITO

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Aplicação financeira - Garantidoras (a)	18.835	17.009
Fundo de abandono (b)	106.410	69.778
Antecipação Pacific (c)	32.519	-
Total caixa restrito	157.764	86.787
Circulante	32.519	-
Não circulante	125.245	86.787

- (a) Garantia para empréstimos e financiamentos, conforme nota explicativa 14.
- (b) O “fundo de abandono” é representado pelas aplicações financeiras mantidas para o compromisso de pagamento do abandono do Campo de Manati, as quais são administradas pela Petrobras (fundo de abandono - vide nota explicativa 16) e geridas pelo Bradesco Asset Management. A rentabilidade do fundo foi de 4,30% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (22,94% no exercício findo em 31 de dezembro de 2015).
- (c) Valor antecipado pela Pacific Brasil Exploração e Produção de Óleo e Gás Ltda. ("Pacific") referente à quitação da inadimplência de aquisição de sísmica para os blocos de PAMA (nota explicativa 21), como parte das obrigações mínimas assumidas nos blocos. Este montante poderá ser utilizado após aprovação da operação pela ANP.

OGEP PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES**10.1. Impostos e contribuições a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Antecipação IR e CS	-	-	3.479	28.040
IRRF sobre aplicação financeira (a)	92	85	16.663	40.195
Saldo negativo IRPJ e CSLL	-	-	14.112	5.239
Crédito PIS/COFINS (b)	-	-	6.069	5.388
ICMS sobre aquisições de ativo Imobilizado	-	-	194	398
Outros	-	-	68	-
Total	<u>92</u>	<u>85</u>	<u>40.586</u>	<u>79.260</u>
Circulante	<u>92</u>	<u>85</u>	<u>36.046</u>	<u>74.335</u>
Não circulante	-	-	<u>4.540</u>	<u>4.925</u>

10.2. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
ICMS (c)	-	-	4.008	4.915
PIS/COFINS (c)	1	2	10.291	13.786
IRRF	59	56	1.424	1.295
Royalties (d)	-	-	2.673	3.230
Participação especial (d)	-	-	811	2.906
Outros (e)	<u>2</u>	<u>1</u>	<u>2.494</u>	<u>1.446</u>
Total	<u>62</u>	<u>59</u>	<u>21.701</u>	<u>27.578</u>
Circulante	<u>62</u>	<u>59</u>	<u>21.701</u>	<u>27.578</u>

- (a) Refere-se basicamente a IRRF incluindo os créditos referentes ao sistema de cobrança semestral do imposto de renda sobre a rentabilidade das carteiras, denominado "come-cotas".
- (b) Refere-se a crédito de PIS e COFINS sobre imobilizado;
- (c) Débitos referentes basicamente aos impostos incidentes sobre a venda de gás natural oriundos das operações do campo de Manati. Quanto ao ICMS, o mesmo encontra-se líquido dos benefícios fiscais descritos na nota explicativa 17.
- (d) Participações governamentais sobre o gás produzido no campo de Manati, conforme descrito na nota explicativa 21.
- (e) Os débitos referem-se a ISS, tributos retidos sobre serviços prestados por terceiros (ISS, INSS, PIS, COFINS e CSLL) e CIDE sobre importação de serviços.

OGEP PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

10.3. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado:

	Controladora	
	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015
Lucro antes do IR e CSLL	152.898	93.613
Alíquotas oficiais de imposto	34%	34%
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(51.985)	(31.829)
Ajuste dos encargos à taxa efetiva:		
Equivalência patrimonial	53.429	33.195
Prejuízos fiscais não ativados (a)	(1.453)	(1.373)
Despesas indedutíveis/receita não tributável:		
Permanentes	-	-
Temporais	9	7
Imposto de renda/contribuição social correntes	-	-
Imposto de renda/contribuição social diferidos	-	-

- (a) Referente a prejuízos fiscais e base negativa. Em 31 de dezembro de 2016 a QGEPP possuía prejuízo fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 78.499 e R\$ 78.499, respectivamente, (R\$74.227 para Prejuízo Fiscal e R\$74.277 para Base Negativa em 31 de dezembro de 2015), sendo que a QGEPP não registra ativos diferidos de imposto de renda e de contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda ou bases negativas de contribuição social, por não haver histórico de lucratividade fiscal até a corrente data e pela Companhia ser uma empresa de participação sendo o resultado de equivalência já líquido da tributação na investida.

	Consolidado	
	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015
Lucro antes do IR e CSLL	167.855	75.710
Alíquotas oficiais de imposto	34%	34%
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(57.071)	(25.741)
Ajuste dos encargos à taxa efetiva:		
Incentivos fiscais (a)	36.232	24.935
Despesas indedutíveis/receita não tributável, líquidas:		
Permanentes (b)	7.509	152
Temporais (d)	9	20.327
Prejuízos fiscais não ativados (c)	(1.638)	(1.770)
Imposto de renda e contribuição social	(14.958)	17.903
Imposto de renda/contribuição social correntes	(13.834)	(8.242)
Imposto de renda/contribuição social diferidos	(1.123)	26.145

QGEPP PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

- (a) Incentivo fiscal apurado pelo lucro da exploração nas operações do Campo de Manati - nota explicativa 2.17.1.
- (b) A principal adição refere-se basicamente ao plano de opção de ações e benefícios de crédito presumido de ICMS.
- (c) A adição refere-se à parcela de despesas indedutíveis com fornecedores da empresa QGEPP, cujo valor não foi constituído IRPJ e CSLL diferidos, por não haver histórico de lucratividade fiscal até o momento.
- (d) Refere-se basicamente a prejuízos fiscais e base negativa da empresa QGEPP.

10.4. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são oriundos de provisões não dedutíveis temporariamente reconhecidas no resultado da controlada QGEP, as quais serão deduzidas do lucro real e à base da contribuição social, em exercícios lucrativos futuros quando efetivamente realizadas.

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<u>Composição ativo fiscal diferido</u>		
Amortização da provisão para abandono	52.033	37.163
Provisão fornecedores indedutíveis	2.490	159
Participação nos lucros	-	4.388
Provisão royalties e participação especial	1.185	2.086
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	3.961	5.339
Provisões diversas	<u>1.690</u>	<u>1.484</u>
Total composição do ativo diferido	<u>61.359</u>	<u>50.619</u>

	<u>Consolidado</u>
<u>Ativo fiscal diferido</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	50.619
Diferenças temporárias geradas por provisões e respectivas reversões:	
Reversão provisão participação nos lucros	(4.388)
Amortização da provisão para baixa de poços	14.870
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	(1.378)
Provisões diversas - Adições e reversões	<u>1.635</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>61.359</u>

	<u>Consolidado</u>
<u>Passivo fiscal diferido</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(5.081)
Exclusões temporais	<u>(11.864)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>(16.944)</u>

Para fundamentar os créditos fiscais diferidos, a Companhia atualizou, já considerando as realizações até 31 de dezembro de 2016, o estudo técnico de viabilidade o qual está baseado nas projeções elaboradas em 2015 aprovadas pela Diretoria. O estudo de viabilidade demonstra a recuperação.

OGEP PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

Cronograma esperado de realização do crédito tributário diferido em 31 de dezembro de 2016:

<u>Ativo diferido</u>	
2016	6.141
2017	1.494
2021 a 2023	<u>53.723</u>
Total	<u>61.359</u>
 <u>Passivo diferido</u>	
2017	767
2018	2.300
2019	1.959
2020	2.470
A partir de 2021	<u>9.449</u>
Total	<u>16.944</u>

11. INVESTIMENTOS**11.1. Composição**

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento do exercício:

<u>Participação</u>	<u>Nome da controlada</u>	<u>Local de constituição e operação</u>	<u>Participação e capital votante e total detidos - %</u>
Direta	Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.	Brasil	100%
Direta	QGEP International GmbH	Áustria	100%
Indireta	QGEP B.V.	Holanda	100%
Indireta	Atlanta Field B.V.	Holanda	30%

QGE PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

11.2. Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

Abaixo, dados dos investimentos e as demonstrações financeiras para cálculo de equivalência patrimonial nas controladas diretas e indiretas (em R\$):

	31/12/2016			
	QGE			
	<u>QGE</u>	<u>International</u>	<u>QGE B.V.</u>	<u>AFBV</u>
Quantidade de ações ordinárias	191.262.711	1	1.000	3.000
Percentual de participação	100%	100%	100%	30%
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$ (*)</u>
Capital social	2.042.553	109	2	20
Patrimônio líquido	2.776.925	110	164.516	476.624
Resultado do exercício	157.335	(184)	149	2.508
Ativo total	3.540.312	144	169.481	493.928
Passivo total	763.387	33	4.965	17.303
Receita líquida	476.454	-	-	13.398

	31/12/2015			
	QGE			
	<u>QGE</u>	<u>International</u>	<u>QGE B.V.</u>	<u>AFBV</u>
Quantidade de ações ordinárias	191.262.711	1	1.000	3.000
Percentual de participação	100%	100%	100%	30%
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$ (*)</u>
Capital social	2.042.553	109	2	20
Patrimônio líquido	2.685.960	167	164.578	417.059
Resultado do exercício	98.392	(760)	(1.586)	(3.925)
Ativo total	3.443.785	378	164.993	437.746
Passivo total	757.823	210	415	20.688
Receita líquida	496.192	-	-	4.946

(*) Valores apresentados referem-se ao total da AFBV.

A movimentação dos investimentos da QGEPP apresentada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é como segue:

	31/12/2016			
	Controladora			Consolidado
	QGEP			
	<u>QGEP</u>	<u>International</u>	<u>Total</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.685.960	168	2.686.128	125.118
Aumento de capital	-	180	180	36.496
Plano de opção de ações	3.975	-	3.975	-
Pagamento de dividendos	(42.678)	-	(42.678)	-
Ajustes acumulados de conversão	(27.667)	(54)	(27.721)	(23.760)
Resultado de equivalência patrimonial (a)	<u>157.335</u>	<u>(184)</u>	<u>157.151</u>	<u>509</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>2.776.925</u>	<u>110</u>	<u>2.777.035</u>	<u>138.363</u>

OGEP PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

No dia 07 de março de 2016, o Conselho de Administração propôs uma distribuição adicional de dividendos ao mínimo obrigatório no montante de R\$42.678. Esta proposta foi aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas no dia 08 de abril de 2016 e os dividendos foram pagos em 27 de abril de 2016 para os acionistas identificados na base acionária na data da aprovação.

(a) Resultado apurado pelas investidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

	31/12/2015			
	Controladora			Consolidado
	QGEP			
	<u>QGEP</u>	<u>International</u>	<u>Total</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (reapresentado)	2.583.920	28	2.583.948	22.843
Aumento de capital	-	925	925	78.824
Plano de opção de ações	6.267	-	6.267	-
Pagamento de dividendos (a)	(40.599)	-	(40.599)	-
Ajustes acumulados de conversão	37.983	(25)	37.958	24.629
Resultado de equivalência patrimonial (b)	<u>98.392</u>	<u>(760)</u>	<u>97.632</u>	<u>(1.178)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>2.685.960</u>	<u>168</u>	<u>2.686.128</u>	<u>125.118</u>

(a) No dia 12 de março de 2015, o Conselho de Administração propôs uma distribuição adicional de dividendos ao mínimo obrigatório no montante de R\$40.599. Esta proposta foi aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas no dia 17 de abril de 2015 e os dividendos foram pagos em 5 de maio de 2015 para os acionistas identificados na base acionária na data da aprovação.

(b) Resultado apurado pelas investidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

12. IMOBILIZADO

	Taxa de	Consolidado		
		31/12/2016		
	depreciação e amortização %	<u>Custo</u>	<u>Depreciação e amortização</u>	<u>Líquido</u>
<u>Segmento corporativo</u>				
Móveis e utensílios	10%	2.709	(977)	1.732
Veículos	20%	189	(132)	57
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	4.107	(3.379)	728
Instalações	11%	1.556	(354)	1.202
Computadores - <i>Hardware</i>	20%	3.014	(2.005)	1.009
Imóveis	3%	6.363	(448)	5.915
Terrenos	-	<u>174</u>	<u>-</u>	<u>174</u>
Subtotal		<u>18.112</u>	<u>(7.294)</u>	<u>10.819</u>

OGEP PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)Segmento de upstream

Gastos com exploração de recursos naturais em andamento (i)	-	224.024	-	224.024
Gastos com exploração de recursos naturais (ii)		16.844	(13.090)	3.754
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás em andamento (iv) e (v)		406.465	-	406.459
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás (iii)		<u>1.037.372</u>	<u>(754.222)</u>	<u>283.150</u>
Subtotal		<u>1.684.705</u>	<u>(767.312)</u>	<u>917.393</u>
Total		<u>1.702.817</u>	<u>(774.606)</u>	<u>928.211</u>

	Taxa de	Consolidado		
		31/12/2015		
	depreciação e amortização %	Custo	Depreciação e amortização	Líquido
<u>Segmento corporativo</u>				
Móveis e utensílios	10%	2.705	(706)	1.999
Veículos	20%	1.404	(457)	947
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	4.107	(2.422)	1.685
Instalações	11%	1.556	(271)	1.285
Computadores - <i>Hardware</i>	20%	2.533	(1.514)	1.019
Imóveis	3%	6.363	(176)	6.187
Terrenos	-	<u>174</u>	<u>-</u>	<u>174</u>
Subtotal		<u>18.842</u>	<u>(5.546)</u>	<u>13.296</u>

Segmento de upstream

Gastos com exploração de recursos naturais em andamento (i)	-	201.359	-	201.359
Gastos com exploração de recursos naturais (ii)		16.844	(12.224)	4.620
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás em andamento (iv) e (v)		305.060	-	305.060
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás (iii)		<u>1.052.301</u>	<u>(691.178)</u>	<u>361.123</u>
Subtotal		<u>1.575.564</u>	<u>(703.402)</u>	<u>872.162</u>
Total		<u>1.594.406</u>	<u>(708.948)</u>	<u>885.458</u>

- (i) Gastos com exploração em andamento não estão sendo amortizados, pois ficam ativados aguardando a conclusão do processo exploratório.
- (ii) Referente a poços descobridor e delimitadores do Campo de Manati, os quais já estão em fase de produção.
- (iii) As reservas provadas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo de acordo com padrões internacionais e revisados anualmente ou quando há indicação de alteração significativa (nota explicativa 21(b)). Os efeitos das alterações das reservas em relação à amortização são computados de forma prospectiva, ou seja, não impactam os valores outrora registrados.
- (iv) Gastos com desenvolvimento em andamento não estão sendo amortizados, pois ficam ativados aguardando o início da produção.

OGEP PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

- (v) Foram capitalizados ao imobilizado até o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 R\$30.335 de encargos financeiros (R\$18.123 em 31 de dezembro de 2015), referentes ao financiamento do FINEP. As taxas dos financiamentos relacionadas encontram-se descritas na nota explicativa 14.

Custo	Consolidado					Total
	Gastos com imobilizados corporativos	Gastos com exploração de recursos naturais em andamento	Gastos com exploração de recursos naturais	Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás - em andamento	Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás	
Saldo em 31/12/2014	<u>18.146</u>	<u>421.989</u>	<u>16.844</u>	<u>268.735</u>	<u>1.041.718</u>	<u>1.767.432</u>
(+) Adições do exercício	978	111.856	(e) -	49.933	(f) 133.085	(g) <u>295.852</u>
(-) Baixas do exercício	<u>(282)</u>	<u>(332.487)</u>	(h) -	<u>(13.606)</u>	<u>(122.502)</u>	(i) <u>(468.877)</u>
Saldo em 31/12/2015	<u>18.842</u>	<u>201.358</u>	<u>16.844</u>	<u>305.060</u>	<u>1.052.301</u>	<u>1.594.406</u>
(+) Adições do exercício	569	22.666	(e) -	108.507	(f) 64.475	(g) 196.217
(-) Baixas do exercício	<u>(1.299)</u>	-	-	<u>(7.107)</u>	<u>(79.404)</u>	(i) <u>(87.810)</u>
Saldo em 31/12/2016	<u>18.112</u>	<u>224.024</u>	<u>16.844</u>	<u>406.460</u>	<u>1.037.372</u>	<u>1.702.813</u>

Em 31 de dezembro de 2015, as principais adições e baixas de imobilizado no exercício referem-se: (e) adições ao BM-S-8, (f) adições ao BS-4 e reversão da provisão de abandono do Campo de Atlanta, (g) adições no Campo de Manati (Estação de compressão), incluindo provisão para abandono, (h) baixa do Bloco BM-J-2 e (i) reversão da provisão de abandono nos Campos de Camarão Norte, Manati e de Atlanta (nota explicativa 16).

Em 31 de dezembro de 2016, as principais adições e baixas de imobilizado no exercício referem-se: (e) adições ao BM-S-8, (f) adições ao BS-4, (g) adições no Campo de Manati, e (i) variação cambial sobre a provisão de abandono nos Campos de Camarão Norte, Manati e de Atlanta e adição da provisão de abandono.

Depreciação e amortização	Depreciação imobilizado corporativo	Amortização gastos com exploração de recursos naturais	Amortização gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás	Total
Saldo em 31/12/2014	<u>(3.330)</u>	<u>(15.580)</u>	<u>(569.904)</u>	<u>(588.814)</u>
(-) Adições do exercício	<u>(2.384)</u>	<u>(1.339)</u>	<u>(116.579)</u>	<u>(120.302)</u>
(+) Baixas do exercício	168	-	-	168
(+ -) Transferências do exercício	-	<u>4.695</u>	<u>(4.695)</u>	-
Saldo em 31/12/2015	<u>(5.546)</u>	<u>(12.224)</u>	<u>(691.178)</u>	<u>(708.948)</u>
(-) Adições do exercício	<u>(2.345)</u>	<u>(866)</u>	<u>(63.043)</u>	<u>(66.254)</u>
(+) Baixas do exercício	<u>597</u>	-	-	<u>597</u>
Saldo em 31/12/2016	<u>(7.294)</u>	<u>(13.090)</u>	<u>(754.221)</u>	<u>(774.605)</u>

OGEP PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

13. INTANGÍVEL

	Consolidado			
	Taxa de depreciação	Custo	Amortização	31/12/2016
Aquisição de concessão exploratória (i)	-	529.399	-	529.399
Bônus de assinatura (ii)	-	195.472	-	195.472
Software	20%	<u>7.863</u>	<u>(5.682)</u>	<u>2.181</u>
Total		<u>732.735</u>	<u>(5.682)</u>	<u>727.053</u>

	Consolidado			
	Taxa de depreciação	Custo	Amortização	31/12/2015
Aquisição de concessão exploratória (i)	-	529.399	-	529.399
Bônus de assinatura (ii)	-	195.472	-	195.472
Software	20%	<u>7.680</u>	<u>(4.194)</u>	<u>3.486</u>
Total		<u>732.551</u>	<u>(4.194)</u>	<u>728.357</u>

Custo e amortização	Consolidado			
	Aquisição de concessão exploratória	Bônus de assinatura	Software	Total
Saldo em 31/12/2014	<u>529.399</u>	<u>96.324</u>	<u>4.747</u>	<u>630.470</u>
(+) Adições (custo) (iv)	-	100.003	256	100.259
(-) Baixas (custo) (iii)	-	(855)	-	(855)
(-) Adições (amortização)	-	-	<u>(1.517)</u>	<u>(1.517)</u>
Saldo em 31/12/2015	<u>529.399</u>	<u>195.472</u>	<u>3.486</u>	<u>728.357</u>
(+) Adições (custo)	-	-	184	184
(-) Adições (amortização)	-	-	<u>(1.490)</u>	<u>(1.490)</u>
Saldo em 31/12/2016	<u>529.399</u>	<u>195.472</u>	<u>2.180</u>	<u>727.051</u>

- (i) Refere-se aos direitos de participação de 10% no bloco BM-S-8, localizado no *offshore* da Bacia de Santos no valor de R\$278.692 e participação de 30% nos campos de Atlanta e Oliva (BS-4), localizado no *offshore* da Bacia de Santos no valor de R\$250.707. Não estão sendo amortizados, pois os campos ainda estão em fase de desenvolvimento.
- (ii) Gastos para a aquisição de direitos de exploração em leilões da ANP, os quais não estão sendo amortizados, pois se referem às áreas de concessão em fase exploratória (nota explicativa 21).
- (iii) Em 31 de dezembro de 2015, a baixa refere-se ao bônus de assinatura do Bloco BM-J-2, no montante de R\$855 e a decisão foi tomada em função da baixa atratividade indicada por estudos de viabilidade técnica e econômica da área.
- (iv) Refere-se ao bônus de assinatura dos blocos adquiridos na 13ª rodada da ANP.

OGEP PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Destinam-se, principalmente, a investimentos em projetos de avaliação, exploração e desenvolvimento de reservas de petróleo e gás natural.

	31/12/2016	31/12/2015	Consolidado		
			Encargos	Forma de pagamento - juros	Vencimento
<u>Moeda nacional</u>					
BNB - Banco do Nordeste	117.943	117.943	4,71% a.a. + bônus de adimplência de 15%	Mensal	Até Set/2026
FINEP- Financiadora de Estudos e Projetos: Subcrédito A	118.310	124.159	Subcrédito A: 3,5% a.a	Mensal	Até Set/2023
Subcrédito B	<u>125.270</u> <u>243.580</u>	<u>129.587</u> <u>253.746</u>	Subcrédito B: TJLP + (5% a.a - 6,5% a.a) (a)	Mensal	Até Set/2023
Total	<u>361.523</u>	<u>371.689</u>			
Circulante	36.557	12.472			
Não circulante	<u>324.966</u>	<u>359.217</u>			
Total consolidado (b)	<u>361.523</u>	<u>371.689</u>			

Em dezembro de 2015 a TJLP foi de 7% a.a. e em dezembro de 2016 a TJLP foi de 7,5% a.a.

- (a) Sobre o principal da dívida referente ao Subcrédito A incidirão juros compostos de 3,5% ao ano, *pro rata tempore*.

Sobre o principal da dívida referente ao Subcrédito B incidirão juros compostos de TJLP acrescidos de 5% ao ano a título de spread, reduzidos por equalização equivalente a 6,5% ao ano.

- (b) Saldo não inclui o custo de captação do empréstimo no valor de R\$1.782 em 31 de dezembro de 2016 (valor retido no momento da liberação do crédito).

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Saldo em 31/12/2014	253.225
(+) Liberação de principal	117.835
(+) Adições de juros	14.274
(-) Amortização de juros	(13.723)
(-) Outras taxas	<u>78</u>
Saldo bruto do custo de empréstimo	<u>371.689</u>
(-) Custo do empréstimo FINEP	(2.046)
Saldo em 31/12/2015	<u>369.643</u>
(+) Adições de juros	15.948
(-) Amortização de principal	<u>(11.993)</u>
(-) Amortização de juros	<u>(15.903)</u>
Saldo bruto do custo de empréstimo	<u>357.695</u>
(-) Custo do empréstimo FINEP	<u>(1.782)</u>
Saldo final em 31/12/2016	<u>355.913</u>

QGEF PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

	Consolidado	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Circulante	<u>36.557</u>	<u>12.472</u>
Não circulante	<u>323.184</u>	<u>357.171</u>

Os vencimentos da parcela não circulante dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados como segue:

<u>Vencimentos</u>	<u>31/12/2016</u>
2016	11.715
2017	35.313
2018	35.568
2019 a 2026	<u>290.386</u>
Total	<u>372.982</u>

De acordo com os termos do contrato da FINEP, o principal da dívida deve ser pago em 85 prestações mensais e sucessivas. O vencimento da primeira prestação ocorreu em 15/09/2016 e as demais em igual dia dos meses subsequentes ocorrendo a última em 15/09/2023. O contrato não possui cláusulas que exigem o atendimento a covenants financeiros. O empréstimo é garantido através de aval corporativo pela controladora QGEPP.

De acordo com os termos do contrato do BNB, o principal da dívida deve ser pago em 84 prestações mensais e sucessivas. O vencimento da primeira prestação ocorrerá em 20/10/2019 e as demais em meses subsequentes ocorrendo a última em 29/09/2026. O contrato não possui cláusulas que exigem o atendimento a covenants financeiros. Durante todo tempo do contrato a Companhia manterá pelo menos 3 prestações mensais desta operação, compreendendo principal e encargos, tomada como referência mínima a maior prestação devida, em conta reserva (nota explicativa 9). Caso os três projetos envolvidos na dívida BNB sejam descontinuados e devolvidos à ANP, o contrato prevê a aceleração da amortização desta dívida em, no mínimo 24 parcelas mensais, sendo que a última parcela não poderá ultrapassar setembro de 2022.

15. PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores legais externos e/ou nos termos dos contratos de consórcio relevantes, com base na opinião do Operador do Bloco respectivo (este como responsável por acompanhamento da demanda judicial), concluiu que não existem processos prováveis de perda para a Companhia e suas controladas. Consequentemente nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016.

Os processos considerados como de perda possível que não foram provisionados nas demonstrações financeiras são:

QGE PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

INEMA – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

A Execução Fiscal nº 0087249-25.2010.805.0001, decorrente da multa aplicada no Auto de Infração nº 2006-007365/TEC/AIMU-0343, lavrado em 22/11/2006. A infração refere-se ao descumprimento de condicionante determinada pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA), resultando no assoreamento de córregos e erosão, quando da instalação do gasoduto entre os municípios de Guaibin e São Francisco do Conde, cuja multa, atualizada, é de R\$437 (participação da QGEP).

INEMA - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

O Auto de Infração nº 2009-014426/TEC/AIMU0265 foi lavrado em razão do descumprimento da condicionante 1 e cumprimento parcial das condicionantes 2, 6 e 7 da estabelecidas pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA) em Portaria RA 8050 de 30 de março de 2007 com vistas a obter a Licença Ambiental para construir gasoduto. A contingência atualizada tem valor de R\$117 (participação da QGEP).

ICMS

Aproveitamento de crédito de ICMS nas aquisições de mercadorias (combustíveis) como insumos para as embarcações afretadas no exercício de 2007 a 2009. A questão envolve processos em fase administrativa, onde a Companhia está verificando a assertividade do valor e acompanhando as defesas e estratégias sob responsabilidade do operador, Petrobras. No tocante à participação da QGEP, os valores em discussão, montam aproximadamente R\$ 5.672.

IRRF, PIS, COFINS e CIDE sobre afretamento

Não recolhimento de impostos e contribuições sobre as remessas ao exterior para o pagamento de afretamento no período de 2008 a 2012. O período de 2008 a 2009 refere-se ao não recolhimento de IRRF e CIDE. Já os anos de 2010 a 2012 referem-se ao não recolhimento de IRRF, CIDE, PIS e COFINS. A questão envolve processos em fase administrativa, onde a Companhia está acompanhando as defesas e estratégias sob responsabilidade do operador, Petrobras. No tocante à participação da QGEP, os valores em discussão referentes aos afretamentos realizados em 2008 a 2012, montam aproximadamente a R\$ 87.410.

Contratos com a QGOG

Por meio de um contrato celebrado em 28 de outubro de 2010, a Companhia tem acordado que indenizará a Queiroz Galvão Óleo e Gás (“QGOG”) por qualquer contingência relacionada às atividades de E&P que venha a ser imputada àquela Companhia. Em contrapartida, em 18 de janeiro de 2011, foi celebrado um contrato com a QGOG e a Constellation Overseas, Ltd. (“Constellation”), pelo qual as referidas companhias ficaram obrigadas a indenizar por prejuízos havidos em relação a todo o passivo existente e contingente não relacionado às atividades de E&P que venha a ser imputado a Companhia. Consubstanciada na opinião dos assessores legais externos, a Companhia concluiu que não existem processos prováveis de perda relacionados a estes contratos com a QGOG, e consequentemente nenhuma provisão foi constituída no exercício apresentado nas demonstrações financeiras.

OGEP PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

16. PROVISÃO PARA ABANDONO

As estimativas dos custos com abandono, informadas pelo operador, foram revisadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, conforme notas explicativas 2.8 e 3.2.5. Em 31 de dezembro de 2016, esta provisão reflete a revisão das estimativas dos gastos a serem incorridos, incluindo e não limitados, a: (i) tamponamento dos poços; e (ii) remoção das linhas e dos equipamentos de produção, e (iii) outros custos inerentes.

Os custos com abandono foram projetados com base em uma inflação média da indústria de 2,8% ao ano (em dólares norte-americanos) até a data esperado do efetivo abandono, e foram trazidos a valor presente por uma taxa livre de risco em dólares norte-americanos, para ativos brasileiros, de 5,4% ao ano.

Movimentação da provisão para abandono no exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	281.099
Reversão de provisão (a)	(137.358)
Variação cambial e outros, líquidos	<u>82.219</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>225.960</u>
Adição de provisão	<u>27.011</u>
Variação cambial e outros, líquidos	<u>(46.914)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>206.057</u>

- (a) A Companhia, juntamente aos seus parceiros, reavaliou a provisão de abandono referente aos Campos de Camarão Norte, Campo de Atlanta e Campo de Manati, efetuando a alteração dos valores durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015. A análise reflete a revisão prospectiva dos principais gastos de abandono à luz das novas tecnologias existentes e do novo patamar de custos dos prestadores de serviço para indústria de óleo e gás.

17. RECEITA LÍQUIDA

	<u>Consolidado</u>	
	01/01/2016 <u>a 31/12/2016</u>	01/01/2015 <u>a 31/12/2015</u>
Receita bruta	<u>596.235</u>	<u>623.583</u>
PIS	(9.479)	(9.895)
COFINS	(43.657)	(45.575)
ICMS	(67.416)	(69.726)
Crédito presumido ICMS (*)	13.483	13.945
ISS	(478)	(409)
Descontos - reduções contratuais	<u>(12.234)</u>	<u>(15.731)</u>
Total de deduções	<u>(119.781)</u>	<u>(127.391)</u>
Receita líquida	<u>476.454</u>	<u>496.192</u>

(*) Benefício fiscal de ICMS, conforme nota explicativa 2.17.2 - Reserva de incentivos fiscais.

QGE PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

18. CUSTOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**18.1. Custos**

	Consolidado	
	01/01/2016	01/01/2015
	a 31/12/2016	a 31/12/2015
Custos de extração	(129.004)	(82.528)
Royalties e participação especial	(42.225)	(46.846)
Pesquisa e desenvolvimento	(5.593)	(5.558)
Amortização e depreciação	(63.911)	(117.922)
Total	<u>(240.732)</u>	<u>(252.854)</u>

18.2. Despesas gerais e administrativas

	Controladora	
	01/01/2016	01/01/2015
	a 31/12/2016	a 31/12/2015
Pessoal	(3.755)	(3.575)
Serviços contratados de terceiros	(422)	(407)
Impostos e taxas	(190)	(170)
Anúncios e publicações	(262)	(297)
Outras despesas	(62)	(35)
Total	<u>(4.691)</u>	<u>(4.484)</u>

	Consolidado	
	01/01/2016	01/01/2015
	a 31/12/2016	a 31/12/2015
Pessoal	(66.213)	(74.288)
Serviços contratados de terceiros	(10.692)	(7.384)
Seguros	(1.777)	(2.100)
Impostos e taxas	(958)	(2.323)
Anúncios e publicações	(855)	(486)
Patrocínio	(149)	(203)
Serviços compartilhados	(102)	(90)
Amortização e depreciação	(3.744)	(3.901)
Manutenção	(3.569)	(3.448)
Locação	(2.623)	(2.751)
Outras despesas	(1.408)	(1.099)
Alocação de projetos E&P (a)	<u>42.493</u>	<u>45.166</u>
Total	<u>(49.597)</u>	<u>(52.907)</u>

(a) Saldo referente ao rateio de despesas relacionadas aos blocos operados pela QGEP, relacionado aos seus parceiros não operadores.

OGEP PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

19. GASTOS EXPLORATÓRIOS PARA A EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

	Consolidado	
	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015
Baixa de poços (*)	154	(347.869)
Aquisição / processamento de sísmica	(42.268)	(19.156)
Gastos com geologia e geofísica	(4.512)	(2.815)
Despesas gerais e administrativas	(5.528)	(3.953)
Segurança, meio-ambiente e saúde	(1.361)	(2.098)
Serviços de perfuração	(6.152)	(7.245)
Outros	(2.873)	(2.963)
Total	<u>(62.540)</u>	<u>(386.098)</u>

(*) Em 31 de dezembro de 2016, o valor refere-se a ajuste de valores de áreas devolvidas em anos anteriores.

20. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora	
	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015
Rendimento das aplicações financeiras (*)	453	471
Outras receitas e despesas financeiras	<u>(15)</u>	<u>(6)</u>
Total	<u>438</u>	<u>465</u>

	Consolidado	
	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015
Rendimento das aplicações financeiras (*)	<u>51.009</u>	<u>260.350</u>
Fundo cambial	(69.213)	149.512
Aplicação Renda Fixa/DI	120.222	110.838
Outras receitas e despesas financeiras	<u>(4.460)</u>	<u>11.870</u>
Total	<u>46.549</u>	<u>272.220</u>

(*) Refletem receitas financeiras tais como remuneração da taxa CDI para títulos privados, remuneração da variação SELIC para títulos públicos e variação da moeda corrente norte-americana para fundo cambial (nota explicativa 4).

OGEP PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

21. INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

a) Direitos e compromissos com a ANP

O Grupo possui a concessão de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos seguintes blocos:

Fase	Bacia	Bloco/ Campo	Data de concessão	Participação	%
Produção e desenvolvimento	Camamu - Almada	Manati Camarão Norte (BCAM-40)	06/08/1998	Petrobras (operador)	35
				Queiroz Galvão Exploração e Produção	45
				Geopark	10
				Brasoil	10
Exploração	Santos	Atlanta e Oliva (BS-4)	06/08/1998	OGX	40
				Barra Energia	30
				Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	30
	Camamu - Almada	CAL-M-372	24/11/2004	Petrobras (operador)	60
	Santos	BM-S-8	15/09/2000	Queiroz Galvão Exploração e Produção	20
				OP Energia	20
				Statoil (operador)	66
				Petrogal	14
	Foz do Amazonas	FZA-M-90	30/08/2013	Barra Energia	10
				Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	10
	Espírito Santo	ES-M-598	30/08/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	35
				Premier Oil (*)	35
				Pacific Brasil (**)	30
	Espírito Santo	ES-M-673	30/08/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção	20
				Statoil Brasil (operador)	40
				Petrobras	40
	Pará-Maranhão	PAMA-M-265	30/08/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	20
				Pacific Brasil (**)	40
	Pará-Maranhão	PAMA-M-337	30/08/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	30
	Ceará	CE-M-661	30/08/2013	Pacific Brasil (**)	70
				Queiroz Galvão Exploração e Produção	50
	Pernambuco-Paraíba	PEPB-M-894	17/09/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	50
	Pernambuco-Paraíba	PEPB-M-896	17/09/2013	Petra Energia	25
				Total (operador)	45
	Sergipe - Alagoas	SEAL-M-351	23/12/2015	Premier	30
	Sergipe - Alagoas	SEAL-M-428	23/12/2015	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	30
				Petra Energia	70
				Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	30
				Petra Energia	70
				Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	100
				Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	100

Os prazos de concessão dos direitos nestes blocos são de 27 anos a partir da data de aprovação do plano de desenvolvimento. Na fase exploratória, que antecede o plano de desenvolvimento, os prazos são definidos no respectivo Contrato de Concessão.

QGEPP PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

(*) Em 27 de dezembro de 2016 a QGEPP anunciou que firmou um acordo visando assumir a participação de 35% que o seu sócio, a Premier Oil do Brasil Petróleo e Gás Ltda. ("Premier"), detém no bloco exploratório FZA-M-90. Como resultado, a QGEP deterá 100% de participação no bloco. Como parte do acordo, a QGEP receberá US\$9,2 milhões, o qual foi calculado com base no valor da participação da Premier na garantia do programa exploratório mínimo, conforme definido pela ANP nos termos da licença.

A transação está sujeita à aprovação da ANP e demais órgãos reguladores.

(**) Em 14 de outubro de 2016, a QGEPP anunciou que firmou um acordo visando assumir as participações acionárias que seu sócio, Pacific Brasil Exploração e Produção de Óleo e Gás Ltda. ("Pacific"), detém em três blocos exploratórios nas bacias de Foz do Amazonas e de Pará-Maranhão ("PAMA"). Como parte do acordo, a Pacific quitará a inadimplência referente à aquisição de sísmica para os blocos de PAMA e também antecipará à QGEP o valor de US\$10.000, como parte das obrigações mínimas assumidas nos blocos. Dessa forma, a QGEP se tornará o único concessionário nos blocos de PAMA, possibilitando futuras operações de farm-out nessas áreas.

O valor adicional de compromissos assumidos do Programa Exploratório Mínimo (PEM) pela QGEP com o aumento de participação nestes blocos é de R\$132.000. Este valor será reduzido para R\$86.000 até o final de 2017, considerando o abatimento das obrigações referentes à sísmica já realizada nos blocos.

A transação está sujeita à aprovação da ANP e demais órgãos reguladores.

O quadro a seguir demonstra os compromissos assumidos pelo Grupo em função de seu atual portfólio de participações em projetos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural do Grupo:

Bloco/campo	Garantia para o PEM (% QGEP) MM R\$	Ano do contrato	Bônus de assinatura	Área km ²	Royalties	Taxa de retenção de área por km ² (Valores em Reais)		
						Exploração	Desenvolvimento	Produção
Manati	-	2000	-	75.650	7,5%	100,00	200,00	1.000,00
Camarão Norte	-	2000	-	16.470	7,5%	100,00	200,00	1.000,00
CAL-M-372	6,3	2004	562	745.031	10%	239,00	478,00	2.390,00
PEPB-M-896	7,2	2013	637	722.400	10%	93,75	187,50	937,50
PEPB-M-894	3,6	2013	239	721.200	10%	93,75	187,50	937,50
FZA-M-90	48,9	2013	18.945	768.500	10%	644,80	1.289,60	6.448,00
PAMA-M-265	9,1	2013	3.020	766.300	10%	62,50	125,00	625,00
PAMA-M-337	68,6	2013	35.206	769.300	10%	214,93	429,86	2.149,30
ES-M-598	27,8	2013	14.182	769.300	10%	214,93	429,86	2.149,30
ES-M-673	9,0	2013	12.562	507,2	10%	95,49	190,98	954,9
CE-M-661	33,9	2013	10.116	760.900	10%	31,25	62,50	312,50
SEAL-M-351	18,3	2015	63.860	756,86	10%	875,73	1.741,76	8.757,30
SEAL-M-428	18,3	2015	36.143	746,24	10%	875,73	1.741,76	8.757,30
BM-S-8	-	2000	-	392.000	10%	396,02	792,04	3.960,20
Atlanta e Oliva (BS-4)	-	2000	-	199,6	7,8%	200,00	400,00	2.000,00
Total	<u>251,0</u>		<u>195,472</u>					

Em 31 de dezembro de 2016, o compromisso remanescente relativo a Programas exploratórios mínimos ("PEM") das concessões mencionadas na tabela acima, anteriores à Rodada 11 de licitação da ANP (nota explicativa 1), compreende a perfuração de 1 poço pioneiro, no BM-CAL-12 (Bloco CAL-M-372), prevista para ser iniciada em 2017/2018.

QGEF PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

Nos blocos adquiridos na Rodada 11 há o compromisso de perfuração de poço nos blocos FZA-M-90, CE-M-661, PAMA-M-337 e ES-M-598, com as operações de perfuração previstas para serem realizadas a partir de 2018.

Nos blocos adquiridos na Rodada 13 não há o compromisso de perfuração de poço nos blocos SEAL-M-351 e SEAL-M-428.

Os compromissos com avaliação de descoberta do Bloco BM-S-8 compreendem: (i) perfuração de um poço (Guanxuma) e (ii) a realização de um teste de formação no poço Carcará NW. O teste de longa duração (TLD) previsto foi substituído pela perfuração e testes do poço Carcará N.

A controlada QGEP detém 45% do campo de Manati, que iniciou sua produção em janeiro de 2007 e possui compromisso de abandono de suas instalações.

Em função da conclusão da aquisição de sísmica 3D nos blocos do Espírito Santo e da Foz do Amazonas, e da utilização da sísmica 2D preexistente nos blocos de Sergipe-Alagoas, já foi solicitado para a ANP a dedução do PEM respectivo de cada bloco que totalizará R\$33.900. Logo que aprovado pela ANP, nossas Cartas de Garantia serão reduzidas nesse montante.

Os seguintes pagamentos de participações governamentais e de terceiros estão previstos para a QGEP:

Royalties - Os valores são recolhidos a 7,5% do valor de referência ou do valor comercializado, dos dois o maior, a partir da data de início da produção da área de concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram provisionados R\$36.621 (R\$37.679 em 31 de dezembro de 2015) de royalties referentes à produção do campo Manati, dos quais R\$2.673 (R\$3.230 em 31 de dezembro de 2015) permanecem no passivo a pagar naquela data. Esses gastos estão registrados na demonstração do resultado como custos.

- Participação especial - A participação especial prevista no inciso III do art. 45 da Lei nº 9.478, de 1997 constitui compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural, nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade, conforme os critérios definidos no Decreto nº 2705/98, e será paga, com relação a cada campo de uma dada área de concessão, a partir do trimestre em que ocorrer a data de início da respectiva produção. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram registrados R\$5.604 (R\$9.167 em 31 de dezembro de 2015) de participação especial na demonstração do resultado como custos, dos quais R\$811 (R\$2.906 em 31 de dezembro de 2015) permanecem no passivo a pagar naquela data.
- Pagamento pela ocupação ou retenção da área de concessão - Na fase de exploração, desenvolvimento e produção foi desembolsado o montante de R\$2.224 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, registrado na demonstração do resultado como custos operacionais e custos exploratórios (R\$604 em 31 de dezembro de 2015).

QGEF PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

b) Informações sobre as reservas

As reservas de gás provadas líquidas da controlada QGEP para o Campo de Manati foram apresentadas de acordo com os conceitos definidos pelo *FASB - Accounting Standards Codification*, de acordo com ASC 932 - Atividades Extrativas de Óleo e Gás.

Estas reservas correspondem às quantidades estimadas de gás que pela análise dos dados geológicos e de engenharia de reservatórios podem ser estimados com razoável certeza, sob condições econômicas definidas, métodos de operação estabelecidos e sob as condições regulatórias vigentes.

A estimativa de reservas possui incertezas que são ressalvadas pelas próprias certificadoras, e, assim sendo, alterações podem ocorrer à medida que se amplia o conhecimento, a partir da aquisição de novas informações.

A reserva de gás estimada comercializável está apresentada conforme abaixo:

	Reserva total campo (MMm ³)*
Reserva Provada ao 100% da participação em 31/12/15 (conforme relatório Gaffney, Cline & Associates - GCA)	<u>9.690</u>
Produção no ano de 2016	<u>(1.793)</u>
Volume remanescente em 31/12/2016 - não certificado pela GCA (**)	<u>7.897</u>

(*) não revisado pelos auditores independentes

(**) Montante estimado a partir da reserva certificada em dezembro de 2015 por peritos especialistas, deduzidas das produções mensais até 31/12/2016 e ajustada pelo aditivo ao contrato de venda de gás do Campo de Manati entre a QGEP e a Petrobras assinado em 16 de julho de 2015 (nota explicativa 5).

c) Garantias

Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo possui garantias, através de seguro garantia, junto à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Bicom bustíveis - ANP no total de R\$356.639. Essas garantias compreendem os objetos de Programas Exploratórios Mínimos previstos nos contratos de concessão das áreas de exploração no montante de R\$250.983 e desenvolvimento do Campo de Atlanta (BS-4) no montante de R\$105.656.

A QGEPP é garantidora de parceiro junto à Teekay no montante de USD14.400 (R\$46.931 ptax em 31 de dezembro de 2016 e R\$56.229 ptax em 31 de dezembro 2015), referente a 10% das obrigações da AFBV no contrato de afretamento do FPSO Petrojarl 1.

OGEP PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

22. COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo possuía compromissos contratados para fornecimento e operação de materiais e equipamentos, incluindo arrendamento de embarcações, bem como compromissos junto a prestadores de serviços de consultoria técnica, com vencimentos diversos, para a campanha exploratória e de desenvolvimento conforme o seguinte cronograma financeiro:

	Consolidado (*)		
	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2019 em diante</u>
Total de compromissos	<u>81.194</u>	<u>104.090</u>	<u>337.429</u>

(*) Este montante representa a participação da QGEP nos consórcios por ela operados.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**a) Considerações gerais**

Os instrumentos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito, contas a receber, fornecedores, partes relacionadas e empréstimos e financiamentos.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação, reafirmando assim o seu compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação ao seu passivo financeiro, seja para com a sua posição de caixa e equivalentes de caixa.

OGEP PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

b) Categoria dos instrumentos financeiros

	31/12/2016			
	Controladora		Consolidado	
	Valor <u>contábil</u>	Valor <u>Justo</u>	Valor <u>contábil</u>	Valor <u>Justo</u>
<u>Ativos financeiros</u>				
Mantidos até o vencimento				
Caixa restrito	-	-	157.764	157.764
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e depósitos bancários	90	90	17.738	17.738
Contas a receber (i)	-	-	102.292	102.292
Partes relacionadas	-	-	15.498	15.498
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras (ii)	-	-	1.319.862	1.319.862
<u>Passivos financeiros</u>				
Custo amortizado:				
Fornecedores (i)	41	41	69.933	69.933
Partes relacionadas	-	-	3.937	3.937
Empréstimos e financiamentos (ii)	-	-	359.741	296.294

	31/12/2015			
	Controladora		Consolidado	
	Valor <u>contábil</u>	Valor <u>Justo</u>	Valor <u>contábil</u>	Valor <u>Justo</u>
<u>Ativos financeiros</u>				
Mantidos até o vencimento				
Caixa restrito	-	-	86.787	86.787
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e depósitos bancários	100	100	76.095	76.095
Contas a receber (i)	-	-	102.615	102.615
Partes relacionadas	-	-	6.975	6.975
Valor justo por meio do resultado				
Equivalentes de caixa (ii)	-	-	104.577	104.577
Aplicações financeiras (ii)	-	-	1.099.274	1.099.274
<u>Passivos financeiros</u>				
Custo amortizado:				
Fornecedores (i)	71	71	71.663	71.663
Partes relacionadas	-	-	420	420
Empréstimos e financiamentos (ii)	-	-	369.643	280.763

OGEP PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas.

A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (*“non performance risk”*), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de *“input”* significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 - Os *“inputs”* são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia.

Nível 2 - Os *“inputs”* são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os *“inputs”* do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou *“inputs”* que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 - Os *“inputs”* inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses *“inputs”* representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxos de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

Os valores de mercado (*“valor justo”*) estimados pela Administração foram determinados pelo nível 2 para estes instrumentos financeiros:

- (i) Os valores relacionados aos saldos de contas a receber e fornecedores não possuem diferenças significativas ao seu valor justo devido ao giro de recebimento/pagamento destes saldos não ultrapassar 60 dias.
- (ii) As mensurações de valor justo são obtidas por meio de variáveis observáveis diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

OGEP PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

c) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, créditos aprovados para captação de empréstimos e financiamentos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	Controladora	
	Até 1 ano	Total
Fornecedores	<u>41</u>	<u>41</u>
Total	<u>41</u>	<u>41</u>

	Consolidado				
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	Até 1 ano	Até 10 anos	Total
Fornecedores	68.106	195	1.632	-	69.933
Partes relacionadas	-	-	3.937	-	3.937
Empréstimos e financiamentos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>36.557</u>	<u>323.184</u>	<u>359.741</u>
Total	<u>68.106</u>	<u>195</u>	<u>42.126</u>	<u>323.184</u>	<u>433.611</u>

d) Risco de crédito

O risco de crédito é minimizado pelo fato das vendas da Companhia serem realizadas basicamente à Petrobras (99,4% em 31 de dezembro de 2016 e 97,6% em 31 de dezembro de 2015). A Administração entende que a concentração de negócios, pelo fato da maior parte das transações ser com apenas um cliente, a Petrobras, controlada pelo Governo Federal, representa risco de crédito não relevante, pois historicamente não possui inadimplência ou atrasos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não foi registrada perda com créditos junto ao cliente Petrobras.

O risco de crédito nas operações com os consorciados e consórcios encontra-se descrito na nota explicativa 6.

e) Risco de taxa de juros

A Companhia utiliza recursos captados na oferta pública inicial de ações e gerados pelas atividades operacionais e atividades de financiamento (empréstimos e financiamentos) para gerir as suas operações bem como para garantir seus investimentos e crescimento. As aplicações financeiras são substancialmente atreladas à taxa de juros CDI pós-fixada, enquanto parcela dos empréstimos e financiamentos estão atrelados à TJLP.

OGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

Análise de sensibilidade para a taxa de juros

<u>Operação</u>	<u>Saldo em 31/12/2016</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável (a)</u>	<u>Cenário I - deterioração de 25%</u>	<u>Cenário II - Deterioração de 50%</u>
CDI anual em 31 de dezembro de 2016 (13,63%)	973.507				
Equivalentes de caixa e aplicações financeiras (circulante e não circulante) - efetivo		Redução do CDI	13,63%	10,22%	6,82%
Taxa anual estimada do CDI para 31 de dezembro de 2017		Redução do CDI	1.106.196	1.068.502	1.030.809
Equivalentes de caixa e aplicações financeiras – estimado					
Receita estimada em 31 de dezembro de 2017			132.689	94.995	57.302
Efeito da redução na receita de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2017			-	(37.694)	(75,387)

(a) Cenário provável da taxa de juros CDI para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2017, de acordo com o relatório Focus em 17 de fevereiro de 2017, emitido pelo Banco Central do Brasil.

<u>Operação</u>	<u>Saldo em 31/12/2016</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável (a)</u>	<u>Cenário I - deterioração de 25%</u>	<u>Cenário II - Deterioração de 50%</u>
CDI anual em 31 de dezembro de 2016 (13,63%)	157.764				
Taxa anual estimada do CDI para 31 de dezembro de 2017			13,63%	10,22%	6,82%
Caixa restrito - estimado em 31 de dezembro de 2017		Redução do CDI	179.267	173.159	167.050
Receita estimada em 31 de dezembro de 2017			21.503	15.395	9.286
Efeito da redução na receita de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2016			-	(6.109)	(12.217)

(a) Cenário provável da taxa de juros CDI para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2017, de acordo com o relatório Focus em 17 de fevereiro de 2017, emitido pelo Banco Central do Brasil.

<u>Operação</u>	<u>Saldo em 31/12/2016</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável (a)</u>	<u>Cenário I - deterioração de 25%</u>	<u>Cenário II - deterioração de 50%</u>
TJLP em 31 de dezembro de 2016 (7,5% a.a.)					
Empréstimos e financiamentos:					
FINEP	125.270 (b)	Alta da TJLP			
Empréstimos e financiamentos:					
Taxa efetiva da TJLP para 31 de dezembro de 2017		Alta da TJLP	7,5%	9,38%	11,25%
Despesa estimada em 31 de dezembro de 2017			9.395	11.920	14.445
Empréstimos e financiamentos- estimado em 31 de dezembro de 2017			134.665	137.190	139.715
Efeito do incremento nas despesas de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2017			-	2.525	5.050

(a) Conforme site do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDES).

(b) Valor refere-se somente a parcela do Subcrédito B do empréstimo da FINEP.

OGEP PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

f) Risco de taxa de câmbio

Esse risco é basicamente proveniente da redução da taxa de câmbio sobre as transações em moeda estrangeira.

Análise de sensibilidade para a taxa de câmbio

A tabela de sensibilidade abaixo diz respeito a uma desvalorização do dólar norte-americano em relação ao Real e o impacto sobre transações indexadas em dólar norte-americano contratadas pela Companhia.

	Risco	Consolidado			
		31/12/2016			
		Cenário provável (a)		Cenário	
		Saldo em USD	Saldo em R\$	Possível (25%)	Remoto (50%)
Dólar efetivo em 31 de dezembro de 2016 (R\$3,26)					
<u>Operação</u>					
Fundo cambial - ativo	Redução do US\$	106.273	346.355	346.355	346.355
Taxa anual estimada do dólar para 31 de dezembro de 2017			3,20	2,40	1,60
Fundo cambial - estimado em 31 de dezembro de 2017			340.074	255.055	170.037
Efeito no resultado e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017			(6.281)	(91.299)	(176.318)
Efeito da redução na receita financeira em 31 de dezembro de 2017			-	(85.018)	(170.037)

(a) Cenário provável da taxa de juros CDI para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2016, de acordo com o relatório Focus em 17 de fevereiro de 2017, emitido pelo Banco Central do Brasil.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

i. Capital social

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é de R\$2.078.116, dividido em 265.806.905 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, líquido do montante de R\$57.380 dos custos com emissão de ações. A composição do capital social realizado em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é a seguinte:

Acionista	Nº de ações Ordinárias	% de Participação
Queiroz Galvão S.A.	167.459.291	63,0
FIP Quantum	18.606.588	7,0
Ações em circulação	71.575.162	26,9
Ações em tesouraria	7.954.632	3,0
Administradores	211.232	0,1
Total	<u>265.806.905</u>	<u>100</u>

OGEP PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

ii. Resultado líquido por ação

O resultado por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada de todas as ações em circulação no exercício. O cálculo do lucro por ação diluído é computado incluindo-se, quando aplicável, as opções de compra de ações de executivos e funcionários chaves usando-se o método de ações em tesouraria quando o efeito é dilutivo.

Os instrumentos de participação que serão ou poderão ser liquidados em ações da Companhia são incluídos no cálculo apenas quando sua liquidação tem um impacto de diluição sobre o lucro por ação.

	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015
<u>Resultado básico e diluído por ação</u>		
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	152.898	93.613
Denominador (em milhares de ações):		
Média ponderada de número de ações ordinárias	<u>257.852</u>	<u>257.852</u>
Resultado básico e diluído por ação ordinária	<u>0,58</u>	<u>0,36</u>

O resultado básico e diluído por ação ordinária é o mesmo, uma vez que em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 as opções de ações não impactam o cálculo do resultado diluído por ação.

iii. Plano de outorga de opções de compra de ações

O Conselho de Administração, no âmbito de suas funções e em conformidade com o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovou a outorga de opções de ações preferenciais para administradores e executivos da Companhia. Para as outorgas de 2011 a 2016, as opções se tornarão exercíveis 20% a partir do primeiro ano, 30% adicionais a partir do segundo e 50% remanescentes a partir do terceiro ano. As opções, segundo estes Planos de 2011 a 2016, poderão ser exercidas em até 7 anos após a data da concessão.

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando o modelo binomial de precificação no montante de R\$1,14 para o Plano de 2016, R\$1,96 para o Plano de 2015, R\$2,65 para o Plano de 2014, R\$4,11 para o Plano de 2013, R\$5,31 e R\$3,87 para os dois Planos de 2012 e R\$9,87 para o Plano de 2011.

OGEP PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

As reuniões do Conselho de Administração e as premissas utilizadas no modelo de precificação estão relacionadas a seguir:

	Plano 2016	Plano 2015	Plano 2014	Plano 2013	Plano 2012 (2º outorga)	Plano 2012 (1º outorga)	Plano 2011
Data da reunião do Conselho de Administração	23/02/2016	12/03/2015	24/02/2014	11/03/2013	28/05/2012	23/03/2012	29/04/2011
Total de opções concedidas e outorgadas	2.334.915	2.334.915	2.296.500	2.120.319	550.000	1.941.517	1.097.439
Preço de exercício da opção	R\$4,88	R\$6,36	R\$8,98	R\$12,83	R\$12,81	R\$14,17	R\$19,00
Valor justo da opção na data da concessão	R\$1,14	R\$1,96	R\$2,65	R\$4,11	R\$3,87	R\$5,31	R\$9,87
Volatilidade estimada do preço da ação	33,86%	36,96%	43,36%	43,92%	49,88%	53,24%	59,24%
Dividendo esperado	3,59%	2,47%	3,84%	1,89%	1,93%	1,93%	2,35%
Taxa de retorno livre de risco	7,25%	6,39%	6,20%	3,81%	4,06%	4,69%	6,36%
Duração da opção (em anos)	7	7	7	7	7	7	7

A movimentação das opções de ações existentes em 31 de dezembro de 2016 está apresentada a seguir:

	Opções de ações	Preço de Exercício médio ponderado
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2013	<u>5.709.275</u>	<u>14,70</u>
Concedidas no exercício - 24/02/2014	<u>2.296.500</u>	<u>8,98</u>
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2014	<u>8.005.775</u>	<u>13,56</u>
Concedidas no exercício - 12/03/2015	<u>2.334.915</u>	<u>6,36</u>
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2015	<u>10.340.690</u>	<u>12,36</u>
Concedidas no exercício - 23/02/2016	<u>2.334.915</u>	<u>4,88</u>
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2016	<u>12.675.605</u>	<u>11,29</u>

O intervalo de preços de exercício e a maturidade média das opções em circulação, assim como os intervalos de preços de exercício para as opções exercíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 estão sumariadas abaixo:

Plano	Opções em circulação			Opções exercíveis	
	Opções em circulação em dez/2016	Maturidade em anos	Preço de exercício	Opções exercíveis em dez/2016	Preço de exercício médio (*)
Plano 2016	2.334.915	7	4,88	-	4,88
Plano 2015	2.334.915	7	6,36	-	6,99
Plano 2014	2.296.500	7	8,98	1.977.775	10,74
Plano 2013	2.120.319	7	12,83	1.766.933	16,15
Plano 2012 - 2ª outorga	550.000	7	12,81	550.000	17,36
Plano 2012 - 1ª outorga	1.941.517	7	14,17	1.941.517	19,12
Plano 2011	1.097.439	7	19,00	1.097.439	26,89

(*) Atualizado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("INPC").

OGEP PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia registrou no patrimônio líquido um resultado com remuneração baseada em ações no montante de R\$3.975, sendo R\$293 da outorga do plano de 2013, R\$1.091 da outorga do plano de 2014, R\$1.603 da outorga do plano de 2015 e R\$1.145 da outorga do plano de 2016, sendo a contrapartida na demonstração de resultado como custo de pessoal.

A redução do saldo em 31 de dezembro de 2016 quando comparado com os reflexos de 2015 deve-se à revisão das premissas referentes a “service conditions” dos respectivos planos de outorgas dos exercícios anteriores, bem como o não reconhecimento de despesa do Plano referente a 2011 e os 2 Planos de 2012 (duração da opção por 3 anos).

iv. Dividendos

O Conselho de Administração, seguindo a política de dividendos da Companhia aprovada em 12 de março de 2015, que estabelece o pagamento de dividendos mínimos de 0,001% calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações, propôs a distribuição de dividendos no montante de R\$38.677, sendo R\$1 referente a dividendos mínimos obrigatórios e R\$38.676 referente a dividendos adicionais ao mínimo obrigatório do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Em 05 de maio de 2016 foram pagos R\$38.676 referentes a dividendos adicionais do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os quais foram aprovados em 12 de março de 2015. Ambos os dividendos mínimos obrigatórios e adicionais ao mínimo obrigatório em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 montam a R\$0,15 por ação em circulação.

v. Destinação do lucro do exercício

O estatuto social da Companhia prevê a seguinte destinação do lucro do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro líquido do exercício	152.898	93.613
Constituição da reserva legal (5%)	(7.645)	(4.681)
Dividendos mínimos obrigatórios	(1)	(1)
Dividendos adicionais/pagos	(38.676)	(38.677)
Reserva de investimentos	(106.576)	(50.255)

A reserva de lucros para investimento foi constituída em 31 de dezembro de 2016 com base nos lucros remanescentes após as destinações para reserva legal e dividendos, a qual será submetida à aprovação na próxima Assembleia de Acionistas.

OGEP PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

25. AÇÕES EM TESOURARIA

A Companhia autorizou o programa de recompra de ações ordinárias de sua emissão, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação com vistas à implementação do Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações dos anos 2011 a 2014.

Plano	Data de autorização de recompra	Volume recomprado
Plano 2011	24/04/2012	1.097.439
Plano 2012	9/07/2012	2.491.517
Plano 2013	6/05/2013	2.120.319
Plano 2014	24/02/2014	2.245.357

A posição das ações em tesouraria é como segue abaixo:

	<u>Ações ordinárias (*)</u>	<u>Valor - R\$mil</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	-
Movimentação do exercício		
Outorga de opção de compra de ações 2011	1.097.439	9.107
Outorga de opção de compra de ações 2012	<u>2.491.517</u>	<u>29.792</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>3.588.956</u>	<u>38.899</u>
Outorga de opção de compra de ações 2013	<u>2.120.319</u>	<u>23.601</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>5.709.275</u>	<u>62.500</u>
Outorga de opção de compra de ações 2014	<u>2.245.357</u>	<u>18.507</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016	<u>7.954.632</u>	<u>81.007</u>

(*) Quantidade de ações

Custo histórico na aquisição das ações em tesouraria (R\$ por ação)

Mínimo	7,88
Médio	10,60
Máximo	13,39

Valor de mercado das ações em tesouraria

O valor de mercado das ações ordinárias em tesouraria em 31 de dezembro de 2016:

Quantidade de ações em tesouraria	7.954.632
Cotação por ação na BM&FBOVESPA (R\$)	<u>5,33</u>
Valor de mercado (R\$mil)	<u>42.398</u>

A quantidade de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2016 representa 3,0% do total de ações ordinárias emitidas pela Companhia.

OGEP PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

26. SEGUROS

Os principais ativos ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Data de vigência</u>		<u>Importâncias</u>
	<u>Início</u>	<u>Vencimento</u>	<u>seguradas</u>
			<u>Dez-16</u>
Responsabilidade civil geral	21/07/2015	05/07/2017	439.042
Riscos de petróleo e operacionais	21/07/2015	05/07/2017	<u>668.042</u>
Total			<u>1.107.084</u>

27. PLANO DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A QGEP, controlada direta, possui um plano de previdência privada, por adesão, sendo elegíveis todos os funcionários e administradores. Trata-se de um plano com contribuição definida, com valor até 12% do salário mensal por parte do funcionário, e contrapartida de até 6,5% por parte da empresa, conforme nível hierárquico. O plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência com dois tipos de regime de tributação, progressivo e regressivo. Quando os empregados deixam o plano antes do exercício de carência o valor já pago pela Companhia é depositado em um fundo inominado que poderá ser utilizado para quitação de faturamentos futuros. A única obrigação da Companhia em relação ao plano de aposentadoria é fazer as contribuições específicas.

A despesa total é reconhecida na demonstração do resultado consolidada e refere-se a contribuições pagas conforme alíquotas especificadas pelas regras desse plano.

	<u>Controladora</u>	
	<u>01/01/2016</u> <u>a 31/12/2016</u>	<u>01/01/2015</u> <u>a 31/12/2015</u>
Despesas previdência privada	<u>(93)</u>	<u>(90)</u>
Total	<u>(93)</u>	<u>(90)</u>

	<u>Consolidado</u>	
	<u>01/01/2016</u> <u>a 31/12/2016</u>	<u>01/01/2015</u> <u>a 31/12/2015</u>
Despesas previdência privada	<u>(1.043)</u>	<u>(1.252)</u>
Total	<u>(1.043)</u>	<u>(1.252)</u>

OGEP PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

28. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia, são como segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Fornecedores de imobilizado	20.309	23.826
Variação cambial sobre provisão de abandono e imobilizado	(46.914)	102.981
Adição / reversão de provisão de abandono	27.011	137.358
Encargos financeiros capitalizados	30.335	18.123

29. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas em 10 de março de 2017 e autorizadas para arquivamento junto a CVM em 15 de março de 2017 pelo Conselho de Administração.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

- (i) Em 06 de janeiro de 2017, a carta garantia que cobre os gastos do primeiro período exploratório dos blocos SEAL-M-351 e SEAL-M-428 foi reduzida para R\$11.773 e R\$12.033, respectivamente, em função do abatimento de UT's (unidades de trabalho) referente a aquisição de sísmica 2D.
- (ii) Em 10 de março de 2017, a ANP aprovou as cessões da totalidade da participação da Pacific Brasil Exploração e Produção de Óleo e Gás LTDA. nos blocos PAMA -M-337 (50%), PAMA -M-265 (70%) e FZA-M-90 (30%) e da Premier Oil do Brasil Petróleo e Gás LTDA no bloco FZA-M-90 (35%) para a Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A., passando a mesma a deter os percentuais totais de 100% em todos os blocos.

31. MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO**Conselho de Administração**

Antonio Augusto de Queiroz Galvão
Mauricio José de Queiroz Galvão
Ricardo de Queiroz Galvão
José Augusto Fernandes Filho
Leduvy de Pina Gouvêa Filho
Luiz Carlos de Lemos Costamilan
José Luiz Alqueres

Diretoria

Lincoln Rumenos Guardado
Paula Vasconcelos da Costa Corte-Real
Danilo Oliveira

OGEP PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

Conselho Fiscal

Sérgio Tuffy Sayeg
José Ribamar de Lemos de Souza
Axel Erhard Brod

Controller e Contadora responsável

Ana Glória de Oliveira Nogueira
Fernanda Amaral Rodrigues de Britto
CRC/RJ - 090.320 O-4

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º andar
20031-000 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 3515-9400, Fax +55 (21) 3515-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
QGEP Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da QGEP Participações S.A. (Companhia), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da QGEP Participações S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1 Perda por redução ao valor recuperável de ativos (Impairment) - Consolidado

Conforme Notas Explicativas às demonstrações financeiras nº 12 e 13

Em 31 de dezembro de 2016 as demonstrações financeiras consolidadas apresentam ativo imobilizado e intangível no montante de de R\$ 928 milhões e R\$ 727 milhões, respectivamente.

A Companhia avaliou a existência de indicadores de redução ao valor recuperável das suas unidades geradoras de caixa ("UGCs") às quais esses ativos estão alocados. Para o cálculo do valor recuperável, e avaliação sobre a necessidade de registro de impairment, a Companhia utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado que incorpora julgamentos significativos em relação a fatores associados ao nível de produção futura, preço das commodities, custo de produção e premissas econômicas como taxas de desconto, taxas de inflação e taxas de câmbio onde a Companhia opera.

Devido à relevância do ativo imobilizado e do ativo intangível e o nível de incerteza para a determinação da perda por redução ao valor recuperável relacionado, que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse tema um assunto significativo para a auditoria.

Procedimentos de auditoria executados

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros:

- Avaliação sobre os procedimentos de valorização dos ativos da Companhia, incluindo aqueles que visam identificar a necessidade de se constituir ou reverter um impairment.
- Avaliação das premissas da Companhia para determinar o valor recuperável dos seus ativos, incluindo aqueles relacionados a produção, custo de produção, investimentos de capital, taxas de desconto e taxas de câmbio.
- Avaliação dos critérios de definição e identificação das Unidades Geradoras de Caixa (UGC).

• Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, da projeção de fluxos de caixa, da razoabilidade e da consistência das premissas utilizadas na preparação das projeções de fluxos de caixa e comparação dessas premissas com informações do mercado e com base em nosso conhecimento da Companhia e da indústria, bem como avaliação da análise de

sensibilidade elaborada pela Companhia.

- Efetuamos também a análise da adequação dos cálculos matemáticos dos modelos econômicos dos fluxos de caixa futuros e resultados projetados, efetuando o cruzamento dos mesmos com as informações contábeis e relatórios gerenciais e com os planos de negócios aprovados.
- Avaliação da adequação da divulgação em relação ao teste do valor em uso e sua comparação com o valor justo, líquido do custo para vender ativos, nos casos aplicáveis.

2 Provisão para abandono de áreas - Consolidado

Conforme Nota Explicativa às demonstrações financeiras nº 16.

Em 31 de dezembro de 2016 as demonstrações financeiras consolidadas apresentam provisão para o abandono de áreas (ARO) no montante de R\$ 206 milhões.

Devido a natureza das suas operações, a Companhia incorre em obrigações para restaurar e reabilitar o meio ambiente quando há o abandono de áreas.

A reabilitação de áreas e do meio ambiente é requerida tanto pela legislação em vigor quanto pelas políticas da Companhia. Estimar os custos associados a estas atividades futuras exige considerável julgamento em relação a fatores como o período de utilização de determinada área, o tempo necessário para reabilitá-la e determinadas premissas econômicas como taxa de desconto, taxas de moeda estrangeira e os valores originais que são cotados por fornecedores específicos. Por essa razão, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Devido à relevância da provisão para abandono de áreas e o nível de incerteza para a determinação da sua estimativa que pode impactar o valor dessa provisão nas demonstrações financeiras consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse tema um assunto significativo para a auditoria.

Procedimentos de auditoria executados

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros:

- Avaliação dos procedimentos relacionados à determinação das estimativas do valor da provisão para restaurar e reabilitar áreas exploradas comercialmente pela Companhia.
- Com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos as premissas utilizadas, incluindo o custo base das áreas a serem abandonadas, taxas de inflação, de desconto e de risco.
- Análise da movimentação da provisão no exercício relativa às áreas abandonadas, restauradas/reabilitadas e a obrigação ambiental pertinente, visando avaliar os principais inputs, como os custos, a inflação e as taxas de desconto, assim como do plano de abandono.
- Avaliação da adequação da divulgação da provisão das obrigações para restaurar e reabilitar o meio ambiente quando do abandono de áreas.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras de exercícios anteriores examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na nota explicativa nº 2.28, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações com data de 07 de março de 2016. Como parte do nosso exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 examinamos também os ajustes nos valores correspondentes descritos na nota explicativa nº 2.28, que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre eles tomados em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e suas controladas e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

Bernardo Moreira Peixoto Neto
Contador CRC RJ-064887/O-8

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal, todos independentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária da QGEP Participações S.A. realizada em 12 de abril de 2016, desenvolveram, a partir da sua posse, trabalhos de forma abrangente tanto em conjunto como individualmente.

As reuniões do Conselho Fiscal realizadas até a presente data contaram sempre com a presença dos três membros efetivos.

Não somente, mas também nessas ocasiões, documentos e amplo conjunto de informações e esclarecimentos foram solicitados pelos membros do Conselho Fiscal e fornecidos pela Companhia.

Nas reuniões, quando solicitadas, foram registradas as presenças de representantes da Administração e suas equipes, de sócio e gerentes da KPMG Auditores Independentes, bem como consultores jurídicos externos, para prestação de esclarecimentos, dentre outros, sobre (i) as operações da Companhia e das controladas, (ii) a dinâmica dos negócios no período, (iii) gestão de riscos, (iv) produção e receita provenientes do Campo de Manati, (v) Convênio ICMS nº 42/2016 e os respectivos impactos sobre os incentivos fiscais aplicáveis à Companhia, no âmbito de suas operações no Estado da Bahia, (vi) Carta Comentários referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, emitida pelos auditores independentes anteriores, Deloitte Touche Tohmatsu, e repostas da Administração, (vii) premissas e demonstrativos de cálculo utilizados para avaliação do valor recuperável de ativos (impairment), (viii) provisões de abandono, (ix) reclassificação contábil da rubrica de estoques para imobilizado nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2016 e (x) programa de Compliance da Companhia e as regras do Código de Conduta Ética, bem como aquelas das Políticas Anticorrupção e de Conflito de Interesses.

Os membros do Conselho Fiscal da QGEP Participações, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em cumprimento ao que dispõe a Lei nº. 6.404/1976 e suas alterações, examinaram (i) o Relatório da Administração, (ii) as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e respectivas notas explicativas, (iii) a Proposta da Administração para destinação do resultado e (iv) o estudo técnico para manutenção dos montantes registrados de créditos fiscais diferidos em 31 de dezembro de 2016, conforme Instrução CVM nº. 371, de 27 de junho de 2002.

Com base nos documentos examinados, nas análises realizadas, nos esclarecimentos prestados pela Administração no decorrer do exercício social e no Relatório, sem ressalvas, desta data, da KPMG Auditores Independentes, os membros do Conselho Fiscal opinam, por unanimidade, que os documentos acima referidos estão em condições de serem apresentados à Assembleia Geral de Acionistas para deliberação.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

Axel Erhard Brod

José Ribamar Lemos de Souza

Sérgio Tuffy Sayeg

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO**

PARA FINS DO ARTIGO 25, INCISO VI DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da QGEP PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.669.021/0001-10 ("Companhia"), nos termos do inciso VI do parágrafo 1º artigo 25 da Instrução Normativa nº480, editada pela Comissão de Valores Mobiliários em 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período compreendido entre 01 de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

Lincoln Rumenos Guardado
Diretor Presidente

Paula Vasconcelos da Costa Corte-Real
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Danilo Oliveira
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25, INCISO V DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da QGEP PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.669.021/0001-10 ("Companhia"), nos termos do inciso V do parágrafo 1º artigo 25 da Instrução Normativa nº480, editada pela Comissão de Valores Mobiliários em 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia (KPMG Auditores Independentes) referentes às demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período compreendido entre 01 de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

Lincoln Rumenos Guardado
Diretor Presidente

Paula Vasconcelos da Costa Corte-Real
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Danilo Oliveira
Diretor